



Anais da Assembléia

N. 98

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 82.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 1987

TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury. secretariada pelos Srs. Deputados José Afonso Júnior e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação da Ata, Sr. Presidente.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Antes de

proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados, a Mesa quer registrar a presença muito honrosa em Plenário do Sr. Vereador Calixto Correia Ferreira, de Pitanga.

A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida à chamada nominal)

31 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

A Presidência irá proceder à verificação da Ata, atendendo solicitação do Sr. Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação)

Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 67/87

Curitiba, 14 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso ante projeto de lei que objetiva alterar a redação do § 2.^o, do artigo 1.^o, da Lei n. 8096, de 14 de junho de 1985.

A referida Lei dispõe que os Conselhos de Administração das Entidades de Administração Indireta do Estado deverão ter, obrigatoriamente, como membro, um funcionário da Entidade indicado através de eleição pelos demais servidores, desde que o indicado conte com mais 2 (dois) anos de serviço e que possua curso superior.

A medida ora proposta a essa Augusta Casa de Leis é no sentido de que servidores possuidores de curso técnico de nível médio, possam também concorrer a tal indicação, valendo lembrar que esta proposição inspirou-se em requerimento do Senhor Deputado Orlando Pessuti, aprovado pelo Plenário dessa Assembléia em sessão de 03 de setembro de 1986 e encaminhado ao Poder Legislativo através do Ofício n. 2289/86, dessa Presidência.

Certo de que, o presente Plano de Lei merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N. 225/87

Art. 1.^o - O § 2.^o, do art. 1.^o, da Lei

n. 8096, de 14 de junho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - O funcionário indicado para as funções de membro do Conselho de Administração deverá estar na Entidade por mais de 2 (dois) anos e possuir curso técnico de nível médio ou superior".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 68/87

Curitiba, 14 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura, com datas e objetivos seguintes:

N. e Data	Data do Convênio Aditado
8º 19.12.80	18.12.80

Objetivo

Inspecção da produção de sementes e mudas

N. e Data	Data do Convênio Aditado
19º 26.11.86	02.10.75

Objetivo

Serviços de planejamento agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 69/87

Curitiba, 14 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 011, celebrado em 11 de julho de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a concessão de recursos para serem aplicados na melhoria do sistema de transporte hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba, Barra do Ararapira, Barra do Superagüi, Ilhas das Peças, Superagüi, Rasa e outras.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa

Augusta Casa, está expressa no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 70/87

Curitiba, 14 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 05/87-SETR, celebrado em 20 de maio de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e a Comunidade Indígena de Mangueirinha, assistida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, com o Departamento de Estradas de Rodagem figurando como interveniente, objetivando estabelecer condições no sentido da passagem da Rodovia PR-281, trecho Mangueirinha à BR-373, em área do Patrimônio Indígena da referida Comunidade.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 71/87

Curitiba, 17 de agosto de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio, celebrado em 14 de junho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros na implantação do Projeto "PRÓ-CRIANÇA".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 72/87

Curitiba, 19 de agosto de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n. 003/87, celebrado em 05 de junho de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Londrina, objetivando ação conjunta da SETR/PR e Prefeitura, no sentido de assegurar fornecimento de brita graduada ao referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 73/87

Curitiba, 19 de agosto de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de abril de 1987, entre o Estado do Paraná e o Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Irrigação, compreendendo levantamentos, estudos e projetos executivos, bem como a aquisição de equipamentos complementares, em áreas relacionadas de nosso Estado, definidas no Plano Operativo/87.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 74/87

Curitiba, 19 de agosto de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com objetivos seguintes:

Nº de Ordem e Data: 9º - 16.03.87.

Data do Convênio Aditado: 18.12.80

Objetivo: Execução das atividades de Inspeção da Produção de Sementes e Mudas Certificadas e Fiscalizadas;

Nº de Ordem e Data: 2º - 04.02.87

Data do Convênio: 18.10.85

Objetivo: Operacionalização do Programa de Incentivo à Produção, Comércio e Distribuição de Sementes Seleccionadas para o Pequeno Agricultor;

Nº de Ordem e Data: 7º - 09.06.87

Data do Convênio: 31.03.87.

Objetivo: Execução de atividades de defesa e vigilância fitossanitária inclusive o combate e erradicação do cancro cítrico;

Nº de Ordem e Data: 13º - 02.06.87

Data do Convênio: 02.06.79

Objetivo: Execução de serviços de classificação de Produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para o mercado interno;

Nº de Ordem e Data: 3º - 18.05.87

Data do Convênio - 17.12.84

Objetivo: Apoio à execução do Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis - PROVÁRZEAS NACIONAIS;

Nº de Ordem e Data: 4º - 19.12.86

Data do Convênio - 28.11.84

Objetivo: Combate, prevenção e erradicação do bicudo do algodoeiro;

Nº de Ordem e Data: 5º - 20.05.87

Data do Convênio: 28.11.84

Objetivo: Combate, prevenção e erradicação do bicudo do algodoeiro;

Nº de Ordem e Data: 20º - 25.05.87

Data do convênio: 02.10.75

Objetivo: Trabalhos da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e da Organização do Conselho Estadual de Agricultura do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 75/87

Curitiba, 25 de agosto de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei, que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar empréstimos internos pela Administração Direta e Indireta do Estado, até o valor equivalente a 10.000.000 (dez milhões) de Obrigações do Tesouro Nacional O.T.N's, e a prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor de 15.000.000 (quinze milhões) de Obrigações do Tesouro Nacional O.T.N's para aplicação em obras de infra-estrutura, justiça, segurança pública, saúde e educação constantes dos orçamentos anuais e plurianuais do Estado.

Os recursos que, por essa forma, se fazem necessários, serão obtidos junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - F.A.S..

Cumpra salientar sobre a necessidade, oportunidade e profundo significado da medida que ora se submete à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, evidenciando os altos propósitos que orientam o Governo na concretização de investimentos do maior alcance social.

Por outro lado, vale mencionar que a Lei nº 7768, de 30 de novembro de 1983, autorizatória de procedimento idêntico, para operações junto ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - F.A.S., por conter valor reduzido, não mais apresenta saldo e, por isso, perdeu eficácia.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis, prevê, ainda, autorização no sentido de que o Poder Executivo, como já o fôra pela Lei nº 8346, de 28 de julho de 1986, cuja eficácia cessou tão somente em razão de ter apresentado valores em cruzados sem o correspondente em Obrigações do Tesouro Nacional, possa contrair, junto à Caixa Econômica Federal, empréstimos no valor de 1.562.174,88 O.T.N's, correspondentes, nesta data, a CZ\$ 589.986.588,93, com vistas a obter recursos destinados à continuidade da execução do Programa de Prioridades Sociais - P.P.S., no Paraná.

Certo de merecer a habitual acolhida de Vossa Excelência e dos Excelentíssimos Senhores Deputados, renovo-lhe, Senhor Presidente, minhas expressões de mais alta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 219/87

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta ou Indireta, autorizado a contrair empréstimos, até o valor equivalente a 10.000.000 (dez mi-

lhões) de Obrigações do Tesouro Nacional O.T.N's, prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor equivalente a 15.000.000 (quinze milhões) de Obrigações do Tesouro Nacional O.T.N's, em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - F.A.S., destinados a dar suporte aos seguintes programas:

- I - Segurança Pública
- II- Justiça
- III- Saúde
- IV- Educação
- V- Obras de Infra-Estrutura.

Art. 2º- Para garantia do principal e acessórios, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar parcelas do Fundo de Participação dos Estados, durante o prazo de vigência dos contratos de financiamentos autorizados por esta Lei.

Art. 3º- Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contrair, junto à Caixa Econômica Federal, empréstimos no valor de CZ\$ 589.986.588,93 (quinhentos e oitenta e nove milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito cruzados e noventa e três centavos), destinados a atender responsabilidades financeiras do Estado do Paraná, na execução do Programa de Prioridades Sociais - P.P.S.

Art. 4º - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual, durante o prazo que vier a ser estabelecido para os financiamentos, dotações suficientes à amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 219/87, oriundo de Mensagem Governamental nº 75/87.

Sala das Sessões, em 10.09.87.

(aa) ANIBAL KHURY
NESTOR BAPTISTA

MENSAGEM Nº 78/87

Curitiba, 03 de setembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei, que objetiva alterar o parágrafo único do artigo 1º da

Lei nº 8.470, de 30 de março de 1987.

A Lei referida - através da qual o Poder Executivo foi autorizado a prestar garantias ou contragarantias a operações de crédito a serem contratadas pela COPEL, até o montante equivalente a US\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), previu, no dispositivo cuja alteração ora se propõe, que as operações financeiras em questão destinaram-se à obtenção de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de programas de investimentos da COPEL.

A modificação a que visa o projeto ora proposto, restringe-se unicamente à substituição da expressão "programas de investimento", contida no aludido parágrafo, por "outros programas e atividades".

A necessidade e conveniência de tal alteração mostra-se justificável em decorrência do caráter excessivamente restritivo daquela primeira expressão, a qual segundo se verificou posteriormente à aprovação do Anteprojeto que deu origem à Lei em questão - se mantida poderia inviabilizar a prestação de contragarantias, pelo Estado, relativamente a operações a serem garantidas pelo Governo Federal e cuja destinação dos recursos não se enquadre no conceito tecnicamente restrito de "investimento", que é traçado, em linhas gerais, no § 4º, do art. 12 da Lei Federal nº 4.320, de 17.03.64.

Dentre essas operações se incluíam, por exemplo, as destinadas à obtenção de capital de giro, ou ao atendimento das parcelas de "roll-over" de principal e de serviço da dívida, previstas na revisão do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica - PRS, para o período de 1986/1990, aprovado pelo Senhor Presidente da República em 15 de janeiro do corrente ano.

Na certeza de que, por tais motivos, esta Augusta Casa dará ao Plano de Lei proposto o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 226/87

Art. 1º- O parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 8.470, de 30 de março de 1987, passa a ter a seguinte redação, mantendo-se inalterado o caput:

"Parágrafo Único - As operações de crédito de que trata este artigo destinam-se à obtenção, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de outros programas e atividades da COPEL,

bem como ao refinanciamento ou reescalonamento da dívida externa da COPEL".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 79/87

Curitiba, 03 de setembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Rio Negro, objetivando a prestação de serviços de Socorro Público e Combate a Incêndio na área do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 80/87

Curitiba, 03 de setembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio datado de 10 de julho de 1987, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, objetivando a execução de atividades no sentido da proteção da flora, fauna e belezas naturais do Parque Nacional do Iguaçu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 81/87

Curitiba, 03 de setembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos Aditivos a Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos em melhorias nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários:

Município	data do aditamento
Cafelândia	04.08.87
Cantagalo	23.07.87
Cruzeiro do Sul	14.05.87
Mandaguari	29.07.87
Marialva	03.08.87
Santa Terezinha do Itaipu	23.07.87
São Jorge do Patrocínio	24.07.87

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 82/37

Curitiba, 03 de setembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 13 de março de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, hoje Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e os Municípios adiante relacionados, objetivando atendimento às comunidades rurais e periurbanas, no que se refere às necessidades de água potável:

1. ABATIÁ - Vila Alta
2. ANTÔNIO OLINTO - Lagoa da Cruz
3. ASSAÍ - Secção Café Forte
4. ASSIS CHATEAUBRIAND - Patrimônio Nice
5. ATALAIA - Monte Azul
6. BOM SUCESSO - Colúmbia
7. CAFELÂNDIA DO OESTE - Iza Cue
8. CAPITÃO LEONIDAS MARQUES - Linha São José
9. CÉU AZUL - Vila Nova União
10. CLEVELÂNDIA - Imóvel Serrano
11. CLEVELÂNDIA - Imóvel Imbuia
12. CORNÉLIO PROCÓPIO - Nova Igarapava
13. CORNÉLIO PROCÓPIO - Colônia Central
14. DOUTOR CAMARGO - Bairro Reserva

15. FLÓRIDA - Sede
16. GUARANIAÇU - Planaltina - 02
17. IGUARAÇU - Patrimônio Valença
18. IGUARAÇU - Ângulo
19. IVATUBA - Sede
20. IPIRANGA - Xaxim
21. JURANDA - Primavera
22. JURANDA - Rio Verde
23. JANIÓPOLIS - Bredópolis
24. LUNARDELLI - Guaretã
25. MARECHAL CÂNDIDO RONDON - Linha Horizonte
26. MAMBORE - Lageado
27. MARMELEIRO - Vila Catetos
28. MARMELEIRO - Vila Rio Verde
29. MARIALVA - Estrada Keller
30. MEDIANEIRA - Linha São Bernardo
31. MEDIANEIRA - Linha Bom Jesus
32. MUNHOZ DE MELLO - Fernão Dias
33. NOVA PRATA DO IGUAÇU - Guarani
34. NOVA AURORA - Porto Um
35. NOVA AURORA - Alto Alegre
36. OURIZONA - Baixada da Areia
37. PALMAS - Fazenda Passo Fundo
38. PALOTINA - Cinco de Outubro
39. PÉROLA DO OESTE - Mundo Novo
40. PITANGA - Poema
41. PLANALTINA DO PARANÁ - Comur
42. PRANCHITA - Linha Bom Retiro
43. QUEDAS DO IGUAÇU - Boa Vista
44. RIBEIRÃO DO PINHAL - Triolândia
45. REBOUÇAS - Poço Bonito
46. RIO AZUL - Santa Cruz
47. SALGADO FILHO - Encantilado
48. SALTO DO LONTRA - Pinhal da Várzea
49. SANTA FÉ - Bairro Água do Brás
50. SANTA HELENA - Vila Alta
51. SANTA HELENA - São Miguelzinho
52. SANTA IZABEL DO IVAÍ - S. Jorge do Ivaí
53. SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - Bairro Bom Jesus
54. SÃO JORGE DO OESTE - São Pio X
55. SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - Bairro Tamanduá
56. SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - Bairro Água Branca
57. SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Baixadão
58. SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS - Codal
59. SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Laranjeta
60. SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Cacic
61. SAPOEMA - Lambari
62. UBIRATÃ - São João
63. WENCESLAU BRAZ - Gomes

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 77/87

Curitiba, 03 de setembro de 1987.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, com autonomia administrativa, financeira e técnica, como resultado da incorporação das unidades administrativas de nível subdepartamental denominadas Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná.

O Estado do Paraná faz consideráveis investimentos na Educação de 3º grau, mas os resultados colhidos, particularmente no setor artístico-cultural, nem sempre correspondem ao esforço do Governo.

A Autarquia proposta, sendo entidade de Direito Público, integrada ao Sistema Estadual de Ensino, permitirá evitar a dispersão dos recursos financeiros, materiais e humanos no contexto administrativo-pedagógico das referidas Instituições de Ensino Superior, traduzindo vantagens sob os mais variados aspectos. A Autarquia oferecerá como unidade administrativa de estrutura acadêmica unificada e autônoma, sob características próprias, amplas perspectivas de valorização institucional; seguras possibilidades de melhoria ao ensino e à pesquisa, além do aprofundamento da extensão de serviços à comunidade, especificamente no que se refere às Artes no Paraná. A estrutura da Autarquia propiciará a abertura do leque de oferta de cursos e habilitações, assim como a celebração de convênios com outras entidades afins, quer da Capital, quer do interior do Estado.

Considerando que o Estado do Paraná criou e vem mantendo duas Instituições de Ensino Superior com finalidades idênticas no mesmo município, contrariando inclusive o princípio da reforma universitária que veda a duplicação de meios para fins equivalentes, e mais ainda a promoção, em meu Governo, de reformas institucionais que atendam a racionalização administrativa para atingimento das metas e objetivos da administração pública, e que proponho seja instituída a Autarquia Escola de Música e Belas Artes do Paraná, incorporada à estrutura da administração indireta, nos termos da Lei Estadual nº 8485/87, mediante o aproveitamento das atuais Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná, doravante constituídas em um único estabelecimento em funcionamento nesta Capital, para o fim específico de manter cursos de ensino superior na área de Artes.

Nesta linha de pensamento, entendo que o aproveitamento ora proposto, concentrando valores humanos, materiais e financeiros, possibilitará o surgimento de uma Instituição mais vigorosa, capaz de espalhar em maior amplitude, a Cultura Artística do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, entidade autárquica, com personalidade de direito público, com autonomia administrativa, financeira e técnica, com sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, como resultado da incorporação das unidades administrativas de nível subdepartamental denominadas Escola de Música e Belas Artes do Paraná e Faculdade de Educação Musical do Paraná.

Art. 2º - A Escola de Música e Belas Artes do Paraná tem por finalidade ministrar o ensino das artes para a formação de artistas e professores, promovendo a pesquisa, o desenvolvimento das artes e a prestação de serviços à comunidade.

Art. 3º - O patrimônio da Escola de Música e Belas Artes do Paraná será constituído por:

a) bens móveis ou imóveis e direitos que lhe forem destinados em caráter definitivo por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;

b) doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único. O patrimônio inicial da Escola de Música e Belas Artes do Paraná será constituído pelos bens móveis que lhe forem destinados da carga patrimonial em uso pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná e pela Faculdade de Educação Musical do Paraná.

Art. 4º. Constituem receita da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, além dos recursos e rendas provenientes do seu patrimônio:

I - dotações consignadas no orçamento do Estado, ou de outras entidades públicas;

II - doações, legados, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e pessoas físicas ou jurídicas;

III - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos;

IV - taxas e emolumentos escolares;

V - receitas resultantes da prestação

de serviços e outras receitas operacionais;

VI - rendas de aplicações financeiras;

VII - saldos orçamentários e extra-orçamentários de entidades ou programas que venham a integrá-la;

VIII - recursos de outras origens e rendas eventuais.

Art. 5º - A Escola de Música e Belas Artes do Paraná será administrada por:

I - Conselho de Administração;

II - Diretoria.

Art. 6º - O Regulamento aprovado por Decreto, fixará a organização, vinculação, atribuições, competência, estrutura organizacional e demais condições para o pleno funcionamento da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, respeitadas as disposições legais cabíveis.

Art. 7º - O regime jurídico do pessoal da Escola de Música e Belas Artes do Paraná será o de legislação trabalhista, ressalvados os direitos adquiridos pelo pessoal pertencente aos estabelecimentos incorporados à Autarquia.

Parágrafo Único. A composição do quadro de pessoal para exercício na autarquia constará de proposta específica a ser elaborada e aprovada por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 8º - A Escola de Música e Belas Artes do Paraná prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma prevista pela legislação específica.

Art. 9º - Os bens imóveis da Escola de Música e Belas Artes do Paraná só poderão ser gravados ou alienados mediante autorização da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 10 - Os recursos financeiros da Escola de Música e Belas Artes do Paraná serão, preferencialmente, movimentados através de organizações bancárias oficiais.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até o valor de Cz\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzados), destinados a atender as despesas com a instalação da autarquia de que trata esta lei, servindo como cobertura do valor autorizado qualquer das formas estabelecidas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único. Os orçamentos anuais da Escola de Música e Belas Artes do Paraná serão aprovados por decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 12 - Ficam criados 02 (dois) cargos de Direção de Assessoramento Superior, símbolos DAS-4 e DAS-5, denominados, respectivamente, de Diretor e Vice-Diretor, lotados na Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

Art. 13 - O cargo em comissão símbolo 10-C de Secretário da Faculdade de Educação Musical do Paraná passa a denominar-se Assistente, mantida a mesma simbologia e com lotação a ser definida por decreto.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob os nºs DTL/112 e 113/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números 297 e 55/87, os quais convertidos em Lei tomaram os números 8.546 e 8.545, respectivamente.- Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei nº 79/87, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno da Casa, preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 48/87, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, dos Projetos de Resolução nºs 52 e 48/87.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Apoiamento:

Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Acyr Mezzadri e uma assinatura ilegível.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa desta Casa de Leis, após a concordância do Plenário, o arquivamento, em caráter definitivo, do projeto de sua autoria que extinguiu o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 145/84, de sua autoria, que declara de Utilidade Pública o "Centro de Assistência Social Divina Misericórdia", da Paróquia de São Rafael, com sede e foro no município de Curitiba, tendo em vista a matéria já ser objeto da Lei nº 8093, D.O. n. 2047, de 13/06/85.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo prematuro e trágico falecimento do Doutor Ambrósio Jorge, ocorrido próximo da divisa Paraná-São Paulo.

Partindo por volta das 4 horas da manhã de Curitiba com destino a São Paulo, saiu bem cedo de casa para aproveitar bem o dia em São Paulo, onde estavam à sua espera inúmeros compromissos, pois era um homem dinâmico e que não gostava de perder tempo. Um choque com um caminhão e veio a fatalidade.

Homem cristão, extraordinária criatura humana, Ambrósio Jorge era o tipo de pessoa que jamais deveria deixar o nosso convívio. Mas, Deus nosso Pai, tinha um propósito para Ambrósio Jorge e certamente a esta hora está este nosso saudoso irmão gozando da graça celestial.

Fundador da SAMCIL e da UNIMED, era casado com a professora Marlene Sant'Ana Zakir Jorge, tendo deixado os filhos Luciano e Ricardo.

Foi uma irreparável perda para o Brasil o desaparecimento de Ambrósio Jorge.

Que a viúva, Dona Marlene, seja comunicada da decisão desta Casa de Leis em reverenciar a memória do seu inesquecível esposo, à rua Comendador Araújo, 560 - ap. 3, em Curitiba, rogando que Jesus Cristo, nosso Senhor e Salvador, conforte a família enlutada nesta hora de tristeza e dor.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Joaquim de Mesquita, ocorrido no dia 08 do mês em curso, na cidade de Nova Es-

perança, neste Estado.

REQUER, outrossim, se dê conhecimento da decisão desta Casa à família enlutada, na pessoa de Dona Julieta Mesquita Rigonato, filha do extinto, à rua Manoel Ribas, 54 - em Nova Esperança, CEP 87.600.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade de Nova Esperança pranteou a morte do Senhor Antônio Joaquim de Mesquita, ocorrida no último dia 8, após prolongada enfermidade.

Era o extinto, pessoa das mais benquistas e conhecidas, pois foi pioneiro do Município, onde chegou nos idos de 1952, quando Nova Esperança não tinha mais que meia dúzia de casas. Durante mais de vinte anos ininterruptos, emprestou ele sua valiosa e desinteressada colaboração à coletividade, atuando como Juiz de Paz, função que desempenhou sempre com o maior zelo e dedicação.

Viúvo, Antônio Joaquim Mesquita deixou os filhos: Julieta, Nelson, Valdomiro, Antônio Joaquim, Mercedes e Manoel, este já falecido.

Mercê da estima de que gozava, sua morte, mesmo sobrevivendo a uma longa e penosa enfermidade, causou grande pesar e consternação. Seus exemplos, porém, não serão esquecidos, permanecendo na lembrança e no coração de quantos o conheceram. Daí a razão da homenagem que lhe prestamos, como pleito de gratidão pelo muito que Antônio Joaquim Mesquita fez em prol de Nova Esperança e de sua gente, ao longo dos últimos trinta e cinco anos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Malvino Lorenzini, ocorrido no último dia 12, na cidade de União da Vitória.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Aos 67 anos de idade, faleceu na cidade de União da Vitória o Senhor Malvino Lorenzini, deixando viúva Dona Helena, uma filha e quatro netos.

O passamento do Senhor Malvino Lorenzini, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como do grande círculo de amigos em toda a região, tendo sido Vereador, no período de 1959 a 1963, no município de Bituruna. Atualmente era suplente

de Vereador e membro do Diretório do PMDB de União da Vitória.

A família e os amigos choram premidos pela dor e a Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de associar-se ao luto da família Lorenzini, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Tereza Roda da Silva, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais da extinta.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, à rua Alberto Poloni, 315.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata da sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor José de Souza Netto, ocorrido nesta Capital, no dia 6 do mês em curso.

Filho de Francisco Souza Netto e de Alice Ribeiro Souza Netto, o extinto tinha 59 anos e deixou viúva a Senhora Myrna Estrela de Souza Netto, com quem teve quatro filhos: Nelson Luiz, casado com Odete da Silva Souza Netto; José Francisco, casado com Tânia Admari de Souza Netto; Arnaldo, casado com Fátima Barreto e Denise Souza Netto, casada com Sérgio Rômulo Avi. Deixou ainda seis netos.

Pessoa de grande capacidade e elevados predicados morais, José Luiz de Souza Netto teve notória atuação no setor público e industrial de Ponta Grossa, tendo sido Vereador por três gestões consecutivas, sendo eleito por duas vezes para Presidente da Câmara. Na gestão de Plauto Miró Guimarães, assumiu como Prefeito interino.

No setor industrial foi sócio-diretor da Sociedade Paranaense de Mineração.

Atualmente era Presidente Municipal do Partido Social Cristão, em Curitiba.

Através dos relevantes serviços prestados à causa pública e pela sua grandeza de coração, angariou vasto círculo de amizades, o qual, lamentando seu passamento, guardará sua lembrança com imenso carinho.

REQUER, ainda, que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Alexandre Beltrão, ex-Prefeito de Curitiba, ocorrido ontem, nesta Capital.

REQUER, ainda, que desta manifestação seja dado conhecimento à família do ilustre desaparecido.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

O Engenheiro Beltrão, falecido aos 91 anos, que completou no último 12 de setembro, foi uma das figuras que ocuparam na sua inteireza o quadro da história na época em que viveu. Descendente de um tronco paranaense de tradição secular, Alexandre Beltrão era também irmão de outro desbravador e fundador de cidades, o Engenheiro Francisco Beltrão.

Em sua saga de desbravador dos sertões do Paraná, que então se integrava na fronteira de seus territórios, Alexandre Beltrão foi o fundador de 16 cidades, inclusive a de Ibiporã. Engenheiro Civil formado numa das primeiras turmas da Universidade Federal do Paraná, onde foi aluno de luminares como Lisymaco Costa e Plínio Tourinho, Alexandre Beltrão organizou a empresa colonizadora, que realizou merecedora obra de assentamento privado melhor do que as tentativas governamentais de nossos dias.

Na vida pública, o Engenheiro Alexandre Beltrão foi, por duas vezes, Prefeito Municipal de Curitiba, nos idos da década de 1940. O Professor Adhail Sprenger Passos, nosso atual vice-Prefeito e Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, foi funcionário do Doutor Beltrão nos idos de 1943, em seu primeiro e juvenil emprego.

Dele recorda o Professor Adhail:

"Foi o Prefeito que na verdade iniciou pioneiramente o processo de planejamento urbano ao receber a primeira versão de estudo macro de organização de cidades, com o Plano Agache."

Outro grande Engenheiro paranaense, o ex-Ministro da Fazenda Karlos Rischbieter, diz do Doutor Alexandre Beltrão:

"O Doutor Beltrão foi uma das figuras paranaenses que marcou uma época, por assinalar a fase da influência do pensamento racional na administração pública e privada. Ele simbolizou plenamente o conceito do "engenheiro" no Paraná, como aquele profissional treinado para exercitar a ob-

jetividade na avaliação dos problemas e no encaminhamento das soluções. Esta postura cartesiana de ir ao fundo dos assuntos e extrair deles a própria solução só aos poucos permeou a cultura nacional, mas foi fundamental para o processo global de modernização do Brasil."

Outros contemporâneos de Alexandre Beltrão, como o emérito Professor e também Engenheiro, David Carneiro, salientam dele o entranhado espírito público, a honestidade a toda prova no trato dos recursos da sociedade administrados pelo homem público. Um outro paranaense ilustre, o Doutor Ruy Carneiro Teixeira, recorda que: "foi dos lábios do Engenheiro Alexandre Beltrão que aprendi a ver o exercício da função pública o sentido da missão que transcende os simples interesses pessoais."

Na verdade ele foi o formador de toda uma geração de paranaenses."

O Engenheiro Alexandre Beltrão foi casado em primeiras núpcias com a Senhora Zilda Fontana, já falecida; em segundas núpcias deixa viúva a Senhora Cornélia de Castro Beltrão, descendente da família Vicente de Castro.

Seus filhos e filhas - além de inúmeros netos - testemunham seu papel como fundador de um tronco de si ilustre:

- Alexandre Fontana Beltrão (Alex Beltrão), representante do Governo brasileiro junto à Organização Internacional do Café, em Londres;

- Senhora Vera Maria Fontana Beltrão;

- O médico Lauro de Castro Beltrão;

- a Senhora Rosa Maria Beltrão de Almeida, casada com o Engenheiro Cecílio do Rego Almeida, titular do Grupo Empresarial C.R. Almeida;

- A Arquiteta Eleonora Beltrão Barcik, casada com o Engenheiro Odilon Barcik.

Tendo vivido quase um século, Alexandre Beltrão preencheu à plenitude os anos de sua existência sobre a terra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA, que este subscreve, após ouvido o Plenário, solicita a inserção nos Anais, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, em Londrina, do ex-Prefeito de Curitiba, Engenheiro Alexandre Beltrão, pioneiro da colonização do Paraná, destacado homem público, e Prefeito da Capital por duas vezes - em 1934 e em 1946.

O extinto foi sepultado esta manhã no Cemitério São Francisco de Paula, da Prefeitura de Curitiba.

Foi casado com Dona Zilah Fontana Beltrão, com quem teve os filhos: Vera e Alexandre Beltrão, ele, representante do Brasil como dirigente da Organização Internacional do Café, em Londres.

Depois de enviuar, casou-se com Dona Cordélia de Castro Beltrão, também de tradicional família paranaense, com quem teve os filhos: Lauro, Rosita e Eleonora.

Seu papel na ocupação do Interior do Estado merece atenção dos nossos historiadores, e sua passagem para a Eternidade merece registro nos Anais desta Assembléia, pela validade da assertiva:

"... Um homem é eterno quando sua memória permanece ..."

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento de Marcelo Friederich Miranda, ocorrido no dia 12 próximo passado, em Curitiba.

Solicita, ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada, na pessoa de sua mãe, Senhora Olga F. Miranda, no seguinte endereço: Avenida Nunes Machado, 471, Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Marcelo Friederich Miranda nasceu em Curitiba e era filho de Denisar Miranda, já falecido, e da Senhora Olga F. Miranda. Completou, no mês de agosto passado, vinte e cinco anos.

Aluno do curso de Direito de Universidade Federal do Paraná, aguardava com entusiasmo sua formatura no final deste ano. Era funcionário da Secretaria de Estado da Educação, onde exercia suas atividades na Assessoria Jurídica. Por dois mandatos consecutivos foi eleito diretor do Centro Acadêmico Hugo Simas.

Seu prematuro desaparecimento, ocorrido num acidente automobilístico, enlutou sua família, abrindo uma lacuna insubstituível em todos os que o conheciam.

Curitiba perdeu um dos seus jovens filhos que, por certo, muito ainda poderia contribuir para o progresso e pujança de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de voto de congratulações ao prestigioso Jornal paranaense "Indústria e Comércio", que aniversaria neste mês, como reconhecimento aos relevantes serviços prestados na área da comunicação econômica paranaense.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência da decisão da casa ao referido Jornal, na pessoa de seu diretor, Odoni Fortes Martins.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação de voto de congratulação pela passagem do "Dia do Engenheiro Agrônomo", no último dia 13.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a manifestação dos parlamentares que integram todas as Bancadas com assento neste Poder Legislativo, seja inserido nos Anais da sessão de hoje um voto de congratulações e plausos aos juizes eleitorais de Londrina, Luis Carlos Bellinetti, Augusto Massaretto e Edson de Jesus Deliberador e Nelson Batista, que acabam de formalizar junto ao Tribunal Regional Eleitoral pedido de afastamento das funções que exerceram durante longos anos, quase sempre com precários recursos materiais e financeiros.

São magistrados honrados e que tiveram um extraordinário desempenho nas funções eleitorais, assegurando sempre uma rigorosa imparcialidade em todas as eleições realizadas em Londrina. Coibindo abusos, garantindo a ordem e fazendo cumprir fielmente a legislação, esses honrados juizes fizeram com que os pleitos eleitorais de Londrina transcorressem sempre num ambiente que serve de modelo para todos os demais municípios brasileiros.

Trabalharam arduamente e com muito amor, resultando nas gestões brilhantes que desenvolveram como juizes eleitorais.

Esta Assembléia Legislativa tem o dever de registrar para a história seu reconhecimento e a homenagem a tão dedicadas autoridades, para que a lição de cada um sirva de exemplo aos demais homens públicos.

Que a decisão ora tomada seja comunicada aos Doutores Augusto Massaretto, Edson de Jesus Deliberador e Luiz Carlos Bellinetti, através do fórum, em Londrina, com votos de felicidade.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação dos Parlamentares que integram todas as Bancadas com assento nesta Casa de Leis, a inserção nos Anais de um voto e congratulações à Diretoria do Londrina Country Club, presidida por Haroldo Marçal, pela inauguração do seu novo parque aquático.

Trata-se de uma das obras mais modernas do gênero no Brasil, construída graças ao arrojo e dinamismo da atual diretoria daquela entidade, que já se firmou como uma das mais profícuas de todos os clubes de serviço de nosso Estado.

Experimenta esse clube uma extraordinária fase de expansão, e a Assembléia Legislativa tem o dever de registrar seu júbilo e aplauso pelo histórico acontecimento celebrado festivamente em Londrina. E, para tanto, que o presidente Haroldo Marçal, seja comunicado desta decisão, à rua Fernando de Noronha, 977, em Londrina, com votos de que a administração modelo que implantaram no Londrina Country Club sirva de modelo para os demais clubes.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações à Associação Cultural e Esportiva de Maringá - ACEMA, na pessoa de seu Presidente, Senhor Takaji Suzuki, pela passagem do 40º aniversário de sua fundação.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural e Esportiva de Maringá ACEMA, nasceu em 1947 com o nome de Nipon Jun Kai de Maringá, visando a prática de esportes, manutenção da cultura, e o aumento dos laços de amizade. A luta desta Associação para desenvolvimento cultural e esportivo da comunidade hipo-brasileira tem seu merecido reconhecimento pela comunidade maringaense e regional pela grandeza de suas realizações no campo da cultura e esporte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de regozijo e congratulações, pela data que assinala a 15 de setembro em curso, o 164º

Aniversário da progressista Cidade de Ponta Grossa, manifestações essas extensivas ao Senhor Otto Santos Cunha, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Senhor José Ruyter Cordeiro, Presidente da Câmara Municipal e à comunidade local.

Desta decisão, REQUER, seja dada ciência àquelas autoridades.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Contando com aproximadamente 200 mil habitantes e despontando como centro de civismo e de trabalho fecundo nos Campos Gerais, Ponta Grossa constitui-se hoje num dos mais importantes pólos sócio-econômicos do Estado, privilégio que lhe foi conferido graças ao trabalho, esforço e persistência de sua gente e de sua coragem.

Sua história, que em si revela parte da história do Paraná, está galgada no feito de 15 de setembro de 1823, quando D. Pedro I, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, fundou a Freguesia da Senhora Sant'Ana, ato pelo qual se iniciou a emancipação política do Município e que agora se evidencia pela pujança de sua economia, de sua cultura e de seu desenvolvimento, mais precisamente pela inestimável contribuição emprestada ao engrandecimento do nosso Estado, razão maior do orgulho e júbilo da comunidade princesina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor à Delegacia de Homicídios pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo junto à comunidade, em especial no caso Leon Eliachar, com a prisão do pistoleiro Roy dos Santos Baummer, e com a prisão do estuprador Mário José Sato.

As prisões deve-se ao excelente trabalho do Delegado Alex Danielewicz, Delegado Adjunto Estevão Margutti e dos policiais, Espósito, Rodolfo, Miguel Rossi, Geraldo Montesuma, Mauro Canuto, João Maria e Marilu Ribeiro.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, para que leve ao conhecimento de todos os componentes da Delegacia de Homicídios desta Capital.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER, audiência da Comissão de Finanças ao Projeto de Resolução n. 51/87, (Projeto de Lei n. 32/86).

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com fulcro no artigo 131 do Regimento Interno, expõe e REQUER o seguinte:

1. O Projeto de Resolução n. 51/87, (Projeto de Lei n. 32/86), que visa criar o Município de Palmeirinha, com território desmembrado do Município de Guarapuava, em fase de deliberação no primeiro turno, foi retirado da Ordem do Dia por decisão do Egrégio Plenário.

2. A referida proposição alcançou a fase constitutiva se cumprir formalidades indispensáveis que se devem colher na etapa instrutória.

Tanto é assim que ela se submeteu unicamente ao crivo da Comissão de Constituição e Justiça.

3. Nessas condições, o Projeto não mereceu o necessário exame da Comissão de Finanças como devia. Isto porque um dos requisitos básicos exigidos pela Lei complementar Federal n. 1/69, para a criação de município, é a arrecadação na área respectiva de pelo menos cinco milésimos da receita tributária estadual realizada no exercício antecedente.

Ora, fica assim patente que o conteúdo desse tipo de processo não se reduz a aspectos meramente jurídicos ou constitucionais. Talvez dotado até de maior relevância, há nele componentes de cunho econômico-financeiro cuja essencialidade exige redobrada atenção. Por isso que desconhecê-los implica nulidades insanáveis no procedimento.

Nem foi por outro motivo que o legislador nacional incluiu esse indicador no repertório de condições a serem preenchidas antes de se criar município. Visa impedir a proliferação de municípios carentes de um mínimo de possibilidades econômico-financeiras capazes de assegurar-lhes a efetiva autonomia política. Há por todo o Brasil considerável número de Prefeitos circulando de pires na mão pelos órgãos oficiais pertencentes ao setor fazendário. Convém não contribuir para aumentar a procissão dos pedintes.

4. Não bastasse esta ordem de preocupação, deve levar-se em conta que a Lei Complementar Estadual n. 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios) no artigo 22, transfere ao novo Município a responsabilidade pelo pagamento das dívidas decorrentes de obras e serviços que beneficiaram exclusivamente seu território. Em outras palavras sub-roga-se ele nas obrigações contraídas em seu favor.

Faz-se mister, portanto, proceder estudos e estimativas amparadas em dados

reais e confiáveis, no sentido de avaliar a capacidade do pretendido Município de arcar com tais encargos. E que esses compromissos não inviabilizem a própria sobrevivência. Esta avaliação também se inclui entre as questões de natureza eminentemente econômico-financeiras.

5. Existe, pois, mais de um motivo fundamental para o Projeto de Resolução n. 51/87, (Projeto de Lei n. 32/86), submeter-se à apreciação especializada dos ilustres membros da Comissão de Finanças. Sem ela, a matéria não se encontra satisfatoriamente ilustrada acerca desse conteúdo de suma gravidade.

6. Considere-se ainda que um município criado sem os elementos mínimos representa para o Estado inevitáveis socorros extraordinários de caráter financeiro. É sobre o erário estadual onde, em última instância, repercutirão os efeitos indesejáveis de um ato mal constituído e gerado ao arrepio da legislação.

7. Isto posto e para assegurar a regularidade regimental e jurídica do procedimento legislativo concernente ao Projeto de Resolução n. 51/87 (Projeto de Lei n. 32/86), REQUEIRO na forma do disposto no artigo 67 combinado com os artigos 49 e 129 do Regimento Interno o seu encaminhamento à Comissão de Finanças para o fim de serem apreciados os seus efeitos financeiros, verificada a consonância da documentação a ela referente com o requisito contido na Lei Complementar Federal n. 1/69, artigo 2º, inciso IV, estimadas as possibilidades concretas de ser cumprido o previsto no artigo 22, da Lei Orgânica dos Municípios e demais fatores correlatos.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a constituição de Comissão Especial, composta de sete Deputados (4 PMDB, 2 PFL e 1 PDT) para acompanhar, fiscalizar, elaborar subsídio sobre a questão da defesa da Paz.

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a constituição de uma Comissão Especial pela Paz, composta de sete parlamentares a serem indicados pelas lideranças, obedecendo-se ao princípio de proporcionalidade partidária, com a finalidade de elaborar subsídios sobre a questão, fiscalizar qualquer ato que coloque em risco a situação pacífica, como instalação de indústrias bélicas usinas nucleares, e acompanhar em conjunto com outros movimentos organizados da sociedade toda e qualquer discussão sobre o assunto.

As Lideranças de Partidos deverão indicar seus parlamentares membros em até 72

horas após a aprovação deste. A aprovação não obstará a apresentação de demais projetos de lei que versem sobre o assunto.

Depois de aprovados no Plenário, REQUER seja levado ao conhecimento do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e a todas as Secretarias de Estado.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A paz não deve ser considerada uma proposta política, ela é ante de tudo uma exigência para que o futuro seja realidade. Não queremos a paz da acomodação, fruto de uma situação de opressão. A paz só será possível quando a sociedade alcançar patamares elevados de desenvolvimento e progresso. Na América Latina, as ditaduras militares instalam guerras constantes, que de maneira velada torturam e assassinam da mesma forma que uma guerra declarada.

É impossível esperar a paz numa sociedade subdesenvolvida e explorada. A paz é fruto da emancipação de todos os povos.

Portanto, a proposta de Comissão Extraordinária pela Paz terá muito que discutir não só sobre a questão bélica, mas sim sobre as condições para que esta paz seja realidade e concretizada.

Há que se respeitar o princípio de auto determinação dos povos. No mundo muitos são os focos de intervenção imperialista em países que decidiram ser agentes de sua própria história. Essas agressões necessitam ser denunciadas e a soc. paranaense precisa se unir aos países agredidos, contra a agressão à soberania de cada país. A solidariedade é importante, visto que amanhã poderá ser o Brasil o País agredido.

A face azul de nosso planeta está manchada de vermelho pelos diversos focos de conflito e de guerra. O desarmamento é a condição para a paz. E esta luta deve ser travada também dentro do território brasileiro. Em 1984, 20 anos após a instalação da ditadura militar, o Brasil torna-se o maior exportador de armas do Terceiro Mundo, e ocupa o sexto lugar no "ranking" mundial. Em 1980, a exportação de armas produzidas no Brasil, ocupava o 3º lugar de produtos exportáveis, competindo com o café. O Brasil arma o mundo. Em 1980, o Brasil fornecia armas para mais de 30 nações, e a necessidade de exportar a qualquer custo levou o Brasil a se tornar uma ameaça à paz mundial, fornecendo meios para manutenção de regimes ditatoriais.

Há 42 anos, o lançamento da bomba atômica sobre a cidade japonesa de Hiroxima demonstrou enfaticamente que o ser humano pode destruir semelhantes maciçamente e exterminar com toda a vida do planeta. A guerra se desenvolve em todo o mundo, seja declarada ou de maneira velada. O mundo hoje tem capacidade de se autodestruir vá-

rias vezes. Uma única bomba exterminou com aproximadamente 180 mil seres humanos, sem falar da radioatividade que perdura até hoje, e que modificou a totalidade das condições ecológicas. Ainda hoje 5 mil pessoas morrem por dia no Japão por causas diretamente ligadas à hecatombe de 1945, segundo dados do Museu de Hiroxima.

Passado todo esse tempo, a bomba de Hiroxima tornou-se ínfima face ao avanço da tecnologia dos armamentos nucleares, aumentando em muito o poder de destruição. Com o início das viagens espaciais, grandes somas são investidas nesse campo, quando ainda grande parte dos habitantes da Terra não tem suas básicas necessidades atendidas. O potencial científico está sendo utilizado para pesquisas espaciais com fins bélicos. Porém, temos de garantir que as conquistas científicas e tecnológicas sirvam aos objetivos pacíficos que visem a melhoria e a preservação da espécie humana, da flora, fauna e solo. É imprescindível a criação de organismos que em constante contato nesta área contribuam para a preservação da integridade, de nosso planeta para fiscalizar e denunciar tentativas de transformar nosso estado e País em áreas militarizadas.

"A bomba não destruirá a vida". (Carlos Drummond de Andrade).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a transferência da data de entrega do Título de Cidadania ao poeta Liberalino Stevan de 23.09.87, para 8 de outubro de 1987.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, explicações da mesa sobre o requerimento aprovado no dia 24.08.87, segunda-feira, que solicita votação em Regime de Urgência da proposta de extinção da aposentadoria de governadores e, a discussão e votação da mensagem que propõe a intervenção no Município de Mallet.

Este requerimento se fundamenta no artigo 106, letras, a, b, c, e, principalmente, pelo artigo 108 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, o atendimento do seguinte pedido de informações:

1. Qual a justificativa para construção da cerca fechando o pátio do Legislativo Estadual?

2. Para realização da referida obra, foi realizada licitação?

3. Quantas firmas se habilitaram e qual a vencedora?

4. Em quanto importa a realização da obra?

5. Qual o prazo para realização da obra?

6. Encaminhar cópia do projeto da obra em questão.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Num momento em que os Poderes Públicos constituídos do País alardeam a necessidade de contenção de despesa para que a aguda crise econômica-social que sacrifica o povo brasileiro seja contida, vemos com preocupação a execução de obras, aparentemente desnecessárias, sendo realizadas pelo Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja dado como lido, o pronunciamento que segue anexo.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Rafael Greca, que este subscreve, solicita seja oficiado ao Excentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Secretário de Estado do Planejamento, no sentido de que se dignem a perceber o clamor da comunidade paranaense quanto ao necessário apoio ao ensino, - mormente ao Ensino Superior -, quando da consecução da proposta orçamentária de 1988.

Faça-se tal apoio em duas linhas mestras:

1. Pela garantia de autonomia das Universidades Estaduais, através do acatamento de suas reais necessidades, pelo prestigamento às propostas orçamentárias elaboradas nas comunidades acadêmicas, e pela priorização da Educação;

2. Pela opção preferencial pela "solução dos problemas brasileiros", através da destinação de verbas orçamentárias significativas para estudantes de nível superior no Paraná, e do Paraná, a título de bolsas de estudos, digna e convenientemente distribuídas, dentro de um critério su-

pra-partidário e supra-regional, de forma a animar as comunidades universitárias, e impulsionar a efetiva formação dos moços.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

As cartas anexas, recebidas de duas conceituadas entidades de ensino e pesquisa deste Estado. Mais o precedente, há 75 anos, de haver o Governo do Paraná, sobretudo através desta Assembléia, bancado a formação da atual Universidade Federal do Paraná.

Há que priorizar a educação:

A opção do Imperador Meiji, no Japão quase feudal do século XIX, a opção do Senado de Atenas, no século V AC., no tempo de Péricles; a opção do líder líbio Arafat pela educação atual universitária de seus jovens; a opção preferencial de Mao-Tse-Tung pelo prestígio ao ensino universitário e à pesquisa; a priorização do ensino nos EUA e na URSS; a quase milenar valorização das universidades na Douta Itália, berço da civilização ocidental cristã, tem forjado realidades de desenvolvimento onde o obscurantismo não prospera, onde o espírito do homem se reafirma em plenitude.

Um malfadado decreto federal, em vigor este ano, proíbe, no Brasil, a formação de novas universidades, e tem servido de pretexto para a Bancada majoritária agir de maneira a fazer inveja às tropas facistas - e franquistas - que invadiram a Universidade de Salamanca, e, aos gritos de "Viva a Força! Viva a Morte!", e desafiaram aquele sodalício da Vida terminando por abater Dom Miguel Thomaz de Unamuno, o venerável Reitor que, em nome da Luz, a eles resistiu.

Temos visto muito discurso oficial falando em ensino profissionalizante, mas, até agora, poucas escolas técnicas foram formadas, e muitos são os jovens na faixa entre 15 e 25 anos que nenhum horizonte tem ao deixar o fundamental.

Assim, ainda valendo as prerrogativas constitucionais de ser o Governador - ou o executivo - o único ordenador de despesas, e o único gerador delas, já que o arbítrio - ainda não removido - veda aos parlamentares interferir no orçamento, sugerimos:

- Igual dotação orçamentária para bolsas de estudo, junto à Casa Civil que os gastos com comunicação social e propaganda de imagem do Governo. E acatamento das reivindicações dos conselhos universitários estaduais existentes quanto às verbas para ensino superior. Não se confunda "Austeridade" com "Avareza para com o futuro".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, Desembargador Mário Lopes dos Santos, a seguinte solicitação:

- Estudo da viabilidade da implantação, no judiciário paranaense - através de provimento ou outro ato julgado proveniente -, de serviço que propicie aos advogados protocolar seus petítórios destinados a Comarcas diversas da sua no fórum do seu local de atuação profissional.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Como Deputado, e também advogado, tenho acompanhado e vivenciado na prática as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de Direito do Paraná, que se obrigam a deslocamentos para outras Comarcas, principalmente à Capital (quando se trata de postulações nos Tribunais de Justiça e Alçada), para protocolarem petições a fim de que sejam atendidos dispositivos legais vigentes.

Objetivando propiciar aos militantes na honrosa profissão de advogado condições de superação desse difícil problema, resolvi verificar a possibilidade de modificar a situação ora existente. Em pesquisas realizadas junto a Tribunais de outros estados, descobri que o Judiciário paulista implantou, de forma pioneira e com grande sucesso, através de provimentos, serviços de correspondências que viabilizaram, de forma facilitada, o protocolo de petições destinadas a outras Comarcas no fórum do domicílio de atuação do advogado.

Analisando detalhadamente o processo que implantou o mencionado serviço no Estado de São Paulo, constatei que ele propicia, dentre outros, os seguintes benefícios. 1. De ordem administrativa: a utilização de malotes nos moldes do BANESTADO e outros, fazendo com que os processos ganhem maior rapidez, com redução de custos e prevenindo o risco de extravios. 2. De ordem profissional: facilitação do trabalho profissional dos advogados, que podendo protocolar suas petições nas suas próprios Comarcas, evitando desgastes de viagem, custos, cansaços desnecessários, atrasos, riscos de perda de prazos. 3. De ordem de atendimento; benefício para os próprios clientes tendo em vista a eliminação do ônus que suporta com a viagem e estada de seu advogado.

Por estes motivos, justifico o pedido de envio de presente requerimento ao Egrégio Tribunal de Justiça, juntamente com seus anexos, que servirão de material de apoio aos estudos eventualmente realizados

neste sentido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil, solicitando a instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil em Jandaia do Sul, no Município de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

Apoiamento: Basílio Zanusso, João Arruda e duas assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O município de Bom Sucesso é essencialmente agrícola, dotado de terras férteis e de grande produtividade. É constituído por pequenos, médios e grandes produtores, que contribuem com grande parcela para o crescimento da produção agrícola do Estado, gerando maior volume financeiro no comércio de Bom Sucesso e região.

Esses fatos, aliados à intenção de manter a população no Município, evidenciam a necessidade de instalação de uma sub-agência bancária, que além de facilitar o acesso dos agricultores ao banco, proporcionará outra opção bancária para o comércio e outras atividades da população.

Pelas razões que se apresentam, que essa Superintendência, mediante um estudo a respeito, determine a instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil. E por tratar-se de uma aspiração perfeitamente justa daquela comunidade, espera-se poder contar com o êxito desta solicitação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Superintendente Regional do Banco do Brasil, solicitando a instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil em Jandaia do Sul, no município de Marumbi.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

Apoiamento: Basílio Zanusso, João Arruda e duas assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

No município de Marumbi, residem inúmeros agricultores que possuem pequenas propriedades, porém com terras de grande produtividade, que contribuem com boa parcela para o crescimento da produção agrícola do Estado, e ainda, gerando maior volume financeiro no comércio de Marumbi.

Esses fatos, aliados à intenção de manter a população no Município, evidenciam a necessidade de instalação de uma sub-agência bancária, que além de facilit-

tar o acesso dos agricultores ao banco, proporcionará outra opção bancária para o comércio e outras atividades da população.

Pelas razões que se apresentam, que essa Superintendência, mediante um estudo a respeito, determine a instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil, por tratar-se de uma aspiração perfeitamente justa para a localidade de Marumbi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde no Distrito Luar, município de São João do Ivaí.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO.

Apoiamento: Basílio Zanusso, João Arruda e duas assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação está fundamentada na iniciativa dos próprios moradores do Distrito Luar, através de um abaixo-assinado, cuja cópia está anexa, e principalmente pelo fato de que a comunidade oferece o prédio para a instalação do Posto de Saúde.

Neste sentido, a instalação de um Posto de Saúde no Distrito Luar torna-se indispensável, tendo em vista o acelerado crescimento populacional daquela região, essencialmente agrícola, e pela carência de atendimento médico no Distrito. Sempre que necessário, a população tem que procurar auxílio na sede do Município, ocasionando com isso uma série de transtornos aos menos favorecidos, pela dificuldade de locomoção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente junto à TELEPAR, na pessoa do seu Presidente, Dr. Fernando Xavier Ferreira, para se instalar telefones comunitários nos Conjuntos Habitacionais Marialva I e II, na cidade de Marialva.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Considerando ser o telefone comunitário um aparelho de grande utilidade e mais viável para as pessoas de baixa renda, vi-mos solicitar a viabilidade de beneficiar aquela população, instalando esses telefones, os quais viriam a sanar um problema para a maioria das pessoas daquela localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministério da Saúde, solicitando maior agilidade na liberação da droga AZT, a qual possibilita um período de sobrevivência maior aos aidéticos que depositam nesta, suas últimas esperanças.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Constituinte-Relator, Bernardo Cabral, solicitando a permanência das reivindicações já conquistadas pelo Magistério, tais como a aposentadoria especial aos 25 anos para todos os professores, por verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas, por garantia de percentual de verbas destinadas à educação.

Requer, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa, à Associação dos Professores do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Odeni Villaca Mongrue, DD. Secretário Especial para a Política Habitacional, solicitando a construção de 200 casas, pelo Projeto Mutirão, na cidade de Juranda.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Juranda abriga milhares de trabalhadores rurais bôias-frias, que não dispõem de recursos financeiros para aquisição da casa própria.

O Projeto Mutirão, pela sua eficácia e adequação às possibilidades econômicas dos menos favorecidos, atenderá condignamente os moradores daquela cidade que necessitam de casas próprias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a

construção de uma ponte que ligue as cidades de Juranda a Campina da Lagoa, sobre o Rio Tricolor.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

As regiões de Juranda e Campina da Lagoa são regiões prósperas e progressistas, que necessitam de ligação asfáltica para normalização do tráfego rodoviário. Esse tráfego vem sendo dificultado pela falta de ponte ligando as referidas regiões, através do Rio Tricolor.

O atendimento a essa reivindicação facilitará o acesso e o transporte às cidades da região e o escoamento da produção agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Jobim Castor, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação da Escola APAE, na cidade de Juranda.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A criação de uma escola para atendimento de excepcionais é uma reivindicação de amplos setores daquela comunidade, tendo sido objeto de reuniões de pessoas interessadas, que encaminharam essa reivindicação ao nosso Gabinete.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando o alargamento e cascalhamento da estrada que, partindo do KM. 98, da Estrada do Cerne, no acesso da estrada do Rio Bonito, liga as localidades de Olho D'Água, Erval dos Lima, São Luiz dos Machados, estrada da Paina, Palmital dos Bravos e dos Bentos, até o Tanque Grande, perfazendo aproximadamente 40 km.

Sala das Sessões em 15.09.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso às localidades que a referida estrada vem servindo, em condições de extrema precariedade, refletem de forma expressiva na economia da região, forte expoente do setor agropecuário, principalmente de gado leiteiro, atividade esta incompatível com estradas que não garantem a segurança do tráfego do escoamento de sua produção, perecível.

As benfeitorias que solicitamos na referida estrada será fator de estímulo à economia local, com sensível transformação da condição de vida da comunidade local, garantindo ainda a médio prazo o retorno, ao Estado, deste investimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado, Álvaro Dias, e Heinz Georg Herwig, solicitando urgentes providências para a construção de um novo aeroporto em Cascavel.

A presente solicitação vai ao encontro dos interesses sócio-político-econômicos da Região Oeste, tendo em vista a importância administrativa que Cascavel representa.

Os fatos recentemente ocorridos, demonstram que Cascavel, como a Região Oeste, devem receber o apoio e a atenção da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Não se pode entender nem aceitar, sob qualquer pretexto, inclusive o de contenção de despesas, que o Estado adote a política de arrocho aos recursos destinados ao ensino público, a qual só interessa a quem pretende manter a população à margem do processo de conhecimento ou quer favorecer o ensino privado, que objetiva o lucro em detrimento da já combalida situação sócio-econômica da população em geral.

Quero crer que a orientação do Governo Álvaro Dias para a área de ensino não seja nenhuma das hipóteses anteriores.

O documento em anexo, do Conselho Universitário, da Universidade Estadual de Londrina, acusa o processo de redução das verbas destinadas àquela instituição, o que prejudicará sensivelmente as atividades universitárias, prejudicando toda a comunidade, além do que inviabiliza, a médio prazo, a produção necessária, através dos projetos de pesquisa.

Diante do exposto, REQUER, após ouvido o Plenário, especial atenção desta Secretaria, no sentido de não permitir que o ensino público seja prejudicado em função de prioridades outras não discutidas, com a comunidade interessada, até porque todo o governo democrático tem a educação como prioridade número um. Além disso, requero informações completas e precisas sobre o processo denunciado por aquela comunidade universitária.

Requero ainda, que se dê ciência des-

te requerimento ao Sr. Jorge Bounassar Filho, DD. Presidente do Conselho Universitário da Universidade de Londrina, e aos Reitores e diretores das Universidades e Faculdades Públicas paranaenses.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em pelo menos duas oportunidades fui procurado por representantes dos professores concursados em 1986, através de Concurso Público realizado pela SEED e não contratadas, trazendo-me em ambas as oportunidades cópias de um documento (cópia em anexo) explicitando suas reivindicações e a denúncia implícita de que estão sendo preteridas em função da contratação pela Secretaria de Educação de professores em caráter extraordinário.

Na ânsia de conhecer melhor a questão, REQUEIRO, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo Sr. Belmiro Valverde Castor, encaminhando as reivindicações constantes nos documentos em anexo e solicitando as providências cabíveis, ao mesmo tempo que solicito informações detalhadas sobre a contratação de professores em caráter extraordinário havendo remanescentes concursados. Qual a finalidade e a quem beneficia tal procedimento?

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Delegacia Regional do Trabalho - DRT, do Paraná, solicitando o envio de mais fiscais da Delegacia Regional do Trabalho à cidade de Pato Branco, devido as constantes denúncias feitas pelos Sindicatos dos Trabalhadores do Comércio, da construção civil e de outros ramos, que acusam o desrespeito à legislação trabalhista, que não está sendo cumprida, e solicita, ainda, informar quantos são os fiscais que o DRT possui no Estado e em que cidades e postos estão lotados.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Governador do Estado, Sr. Álvaro Dias, ao Secretário da Educação, Sr. Belmiro Valverde Castor e ao Prefeito do Município de Marmeleiro, Sr. Juvenal Gettino, solicitando as providências imediatas no sentido

de se garantir que os alunos da escola General Carneiro, da linha Palmeirinha, no Município de Marmeleiro, tenham assegurado o direito de receber aprovação neste ano letivo, haja vista o impasse criado pelo referido Prefeito que, ao demitir, sem justa causa, o professor João Guarda, criou um clima de revolta da comunidade, que continua mandando seus filhos para as aulas ministradas pelo referido professor, o qual está sendo pago pela comunidade, enquanto o professor nomeado pelo prefeito está recebendo seu salário sem nunca ter dado uma aula sequer, numa afronta ao bom-senso.

Além disso, o prefeito se julga ainda no direito de dizer que não vai fornecer o boletim aos alunos no final do ano, recusando-se a reconhecer o direito legítimo que todos os alunos têm de, ao participar normalmente das aulas, receberem avaliação no final de ano.

Requer, ainda, que se dê ciência do presente, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) PEDRO TONELLI:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro da Habitação, via COHAPAR, no município de Antonina.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. Joubert Gonzaga Vieira.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário

de Estado da Segurança Pública, apelando no sentido de providenciar o aumento do efetivo do Destacamento da Polícia Militar da cidade de Castro.

É de suma importância que, no menor prazo possível, seja dado atendimento, por parte dessa Pasta, ao presente pedido, que visa proporcionar a melhoria da prestação dos serviços policiais em Castro.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, Rafael de Almeida Magalhães, solicitando que seja aumentada a remuneração dos peritos do INPS ou, que se faça, imediatamente, a contratação pelo INPS, através de concurso, de novos peritos.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

JUSTIFICATIVA:

Na cidade de Toledo, devido aos baixos valores pagos pelo INPS, os peritos estão pedindo o descredenciamento em massa, e isso vem ocasionando sérios problemas para a comunidade.

Assim, não resta outra alternativa, senão a contratação de novos peritos ou o aumento das remunerações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. José Sarney, MD. Presidente da República do Brasil, solicitando a imediata sanção do Projeto do Vale Transporte, de autoria do Senador Afonso Camargo, devido à sua grande importância para os trabalhadores brasileiros.

Requer ainda, que sejam encaminhadas cópias deste requerimento a todos os presidentes das Assembléias Legislativas do Brasil, para que solicitem da mesma forma, a sanção presidencial do referido projeto.

Sala das Sessões, em 15.09.87

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, e ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Sr. João Carlos Finardi, solicitando a instalação de Pos-

tos Avançados do referido banco, nos locais como: Cinco Conjuntos, Jardim Leonor, Jardim Bandeirantes, Vila Casone, Jardim Três Marcos, a fim de facilitar o pagamento de taxas de serviços, oriundos do Estado e do município de Londrina.

Sala das Sessões em 15.09.87.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação se deve ao fato de Londrina se haver transformado numa grande metrópole, totalizando hoje cerca de 450 mil habitantes.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, a título de exemplo, somente na localidade denominada Cinco Conjuntos, onde se solicita a implantação de um dos referidos postos, concentram-se 11.295 casas, com uma população estimada de 75 mil pessoas, firmas comerciais, 474; firmas prestadoras de serviços, 94; pessoas físicas não estabelecidas, porém registradas como autônomas, 1.149.

É importante salientar, Sr. Presidente, que todos os bairros para os quais estão sendo solicitados Postos Avançados do BANESTADO, são grandes centros populacionais, além do que, distantes do centro da Cidade, o que há muito tempo vem sacrificando sobremaneira a vida normal dos moradores.

Com isso, a adoção dessas providências dará grande contribuição às populações das regiões nominadas e ajudará a manter o BANESTADO na posição de primeiro Banco do Paraná, em termos de arrecadação e atendimento, o que significa o reconhecimento do povo paranaense ao excelente trabalho desenvolvido por Sua Excelência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Paraná solicitando urgentes providências para a instalação de um Módulo Policial na praça da Ucrânia, Jardim Champagnat, nesta Capital.

Esse bairro tem sido palco ultimamente de freqüentes assaltos e arrombamentos, reinando ali um clima de intranquilidade de seus moradores.

Até crianças e adolescentes têm sido atacados pelos marginais, que estão agindo até à luz do dia, preocupando principalmente os pais de alunos que estudam nos Colégios Positivo e Tuiuti.

O referido Módulo já foi anteriormente reivindicado pela Assembleia Legislativa, mas, infelizmente, para tristeza de todas as famílias que moram no Champagnat, ainda não foi instalado. Com a ausência de poli-

ciamento adequado, os bandidos estão se sentindo à vontade para praticar ali roubos assaltos e até violência sexual.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, encarecendo providências no sentido de que se proceda a pavimentação das seguintes estradas rurais:

a) - Estrada rural que liga Centenário do Sul a Mirassol, numa distância aproximada de 16 Km.

b) - Estrada de acesso que liga a rodovia Centenário do Sul - Porecatu, à Vila Progresso, numa distância de aproximadamente 5Km.

A presente solicitação justifica-se pela necessidade em se melhorar as condições de acesso das mencionadas estradas pois constituem-se elas em canais importantes de escoamento de safras agrícolas de uma região de alta produção.

Tal providência trará relevantes benefícios não somente aos produtores, como ao comércio local e aos demais usuários.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 227/87

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Será obrigatório, em âmbito estadual, o uso de datilografia ou letra de forma na escrita dos nomes de medicamentos, nas receitas médicas e odontológicas.

Art. 2º - O Poder Executivo promoverá campanha anual de divulgação visando conscientizar os médicos e odontólogos quanto à importância do disposto nesta lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Segundo declarações constantes dos farmacêuticos - classe a qual com muita honra pertença - são inúmeras as dificuldades encontradas para a interpretação das prescrições médicas e odontológicas.

Em decorrência os profissionais da Farmácia ou seus auxiliares muitas vezes são levados a cometer, involuntariamente,

erros na venda ou não do medicamento, notadamente quando o prescritor não é facilmente encontrável, conforme constatações freqüentes no dia a dia, trazendo também prejuízos morais não próprios à classe médica e odontológica.

PROJETO DE LEI N. 228/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Bom Sucesso do Sul, com território desmembrado do município de Pato Branco, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Começa na foz do rio das Marrecas, no rio Sant'Ana, donde por uma linha seca Leste-Oeste alcança o rio Vitorino, daí sobe por este até alcançar a foz do arroio Lambedor, subindo por este até a sua cabeceira, donde por uma linha seca alcança a cabeceira do arroio do Elias e desce até a foz no rio Sant'Ana, daí sobe por este até alcançar a foz do rio Marrecas, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O anseio dos habitantes de Bom Sucesso do Sul em ver o seu distrito elevado à condição de Município está claramente demonstrado na vontade de trabalhar e lutar que se nota naquela população.

A emancipação pretendida irá se constituir em mola propulsora para o maior desenvolvimento de todos os setores da atividade sócio-econômica daquela comunidade.

Os recursos econômicos de que dispõe o distrito de Bom Sucesso serão potencializados quando da criação do município de Bom Sucesso do Sul, dando a este condição de poder melhor decidir sobre o seu futuro, que ali já se vê estruturado como núcleo urbano capaz de descentralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com os interesses de nosso Estado.

Por estas razões, e também baseados no fato do novo Município atender a todos os requisitos legais, é que apresentamos o presente plano de Lei que, sem dúvidas, merecerá a aprovação desta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI N. 229/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Meninos de Curitiba - ASSOMA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

tiba - ASSOMA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que aqui pretendemos seja declarada de utilidade Pública é sociedade civil, com personalidade jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta Capital.

Tem ela a finalidade de buscar a emancipação pessoal e social de menores carentes e abandonados, situados na faixa etária dos 6 aos 17 anos, através da educação pelo trabalho. Dando prioridade aos menores de 6 a 13 anos que não tenham residência fixa e sem vínculo familiar ou com instituições públicas ou privadas. E em seguida àqueles que tenham residência fixa e com vínculo familiar, mas que vivem nas ruas, fazendo algum tipo de trabalho. Aos menores com idade de 14 a 17 anos o atendimento dar-se-á em regime de Ensino Supletivo, no período noturno. As Oficinas de Aprendizagem (fonte de aprendizagem e geração de renda, destinada à manutenção da associação e ao fornecimento de Bolsa/auxílio aos menores atendidos pela ASSOMA) são o fundamento básico da proposta pedagógica da "ASSOCIAÇÃO DOS MENORES DE CURITIBA".

No Brasil, atualmente, existem 63 milhões de crianças e jovens na faixa de idade de 0 a 19 anos, representando 47% da população brasileira. Dessas, 36 milhões são crianças carentes; 7 milhões são abandonadas. Em Curitiba, cerca de 5 mil crianças e jovens com idade inferior aos 20 anos são de famílias sem qualquer rendimentos e aproximadamente 104 mil estão entre os que recebem até 2 salários mínimos por família, equivalendo a 8% da população curitibana. Estes dados são mostradores da situação de penúria do montante da população de menores propensos em muito a buscar nas ruas a sua sobrevivência.

Os meninos de rua são crianças que nunca tiveram ou terão infância e que têm à sua frente a amarga perspectiva de serem cidadãos sem condições de vida digna e humana. Os sonhos e críticas deles retratam a crueldade de suas condições sub-humanas e são sinalizadores do problema do menor de rua, cuja solução é de cunho social.

A problemática da escolaridade, ou melhor, da não escolaridade destes menores de rua tem vários aspectos sócio-econômicos: impossibilidade de adquirir material, uniforme, discriminação de outras crianças de melhor nível social que os ridicularizam e etc..., além do fracasso escolar, refletido nas várias repetições escolares,

e dificuldades de aprendizagem, que resultam na evasão escolar e do total afastamento destes da garantia constitucional da educação escolar (art. 176 da Magna Carta de 1967, com a Emenda Constitucional n. 1/69).

A situação do menor abandonado tem prismas políticos, econômicos e principalmente sociais. A discriminação e a falta de apoio através de recursos eficazes da sociedade por meio do Estado são as principais raízes do problema.

Através de meios realmente eficazes, tais como a proposta defendida e executada pela Associação dos Menores de Curitiba, é que se torna viável a solução da penosa situação do menor de rua. As medidas paliativas nos mostram, apenas, soluções de curto alcance - quando não utópicas.

Assim sendo, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N. 230/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Sindicato Rural de RENASCENÇA", com sede e foro no Município de RENASCENÇA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública vem se destacando junto a comunidade do nosso Estado e em particular no Município de Renascença.

As suas atividades conforme relatório que anexamos ao presente, comprovam a sua efetiva e notada atividade em prol do desenvolvimento de suas finalidades estatutárias.

A documentação que acompanha a presente proposição comprova o preenchimento das exigências legais previstas pela Legislação Estadual, pertinentes à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nossos pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 231/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica extinta a taxa adicional de 20% destinada ao Fundo de Assistência Judiciária e Penitenciária do Estado do Paraná, criada pela Lei Estadual n. 7.809 de 29 de dezembro de 1983.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Lei Estadual n. 7809 de 29 de dezembro de 1983 institui uma taxa adicional de 20%, calculada sobre as custas judiciais, destinada ao Fundo de Assistência Judiciária e Penitenciária do Estado do Paraná.

O assunto é motivo de veementes protestos quer da classe dos advogados, quer das várias entidades representativas da população.

O Estado do Paraná assim, muda o conceito de justiça, fazendo desta mais uma fonte de recursos para seus cofres, não se importando com o violento custo a ser suportado pelos que necessitam da justiça, para ver por ela apreciada a lesão a qualquer direito seu, norma geral contida na nossa Constituição Federal.

O reexame da Lei 7809 é imperativo de ordem constitucional e social. Isto porque a mesma representa um aspecto tripartido de receitas, obtida em cima de um serviço prestado pelo Estado, referente à aplicação da justiça pelo Poder Judiciário.

Em brilhante parecer emitido pelo jurista Mansur Theóphilo Mansur, ao qual me reporto e que faz parte integrante da presente justificativa, ao se referir à ilegalidade da cobrança da taxa adicional, diz:

"Para um postulante obter a prestação jurisdicional lhe são exigidos os seguintes pagamentos:

- a) Taxa judiciária;
- b) taxa adicional (Fundo Penitenciário);
- c) custas de cartório devidas ao escrivão.

Estas exigências são feitas em bloco e a prestação do serviço judiciário não se inicia, se preterida ou omitida qualquer uma daquelas imposições pecuniárias.

A Constituição Brasileira assegura a todos os nacionais que a lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

No entanto, a ilegalidade está presente na existência desta taxa adicional, que contraria normas gerais de direito tributário e aspectos fundamentais ditados pela Constituição Federal, como por exemplo, ter ela usurpado:

- a) atribuição exclusiva da União para estabelecer normas gerais sobre o orçamento, despesas e gestão patrimonial e financeira de natureza pública, taxa judiciária, custas e emolumentos remuneratórios dos serviços forenses e notoriais (art. 8º parágrafo único da Constituição Federal).
- b) promovido a aplicação indiscrimina-

da da alíquota de 20% sobre a base de cálculo atribuída às custas judiciais, de forma proporcional, contrariando o artigo 77 do Código Tributário Nacional, que determina a cobrança da taxa dentro dos parâmetros do serviço público prestado.

c) criado um verdadeiro imposto ao arrepio do princípio da legalidade e da competência privativa dos Estados estabelecidos na Constituição Federal.

d) duplicando a incidência de taxas sobre serviços forenses, verdadeiro "bis en idem", ilegal, quando a taxa paga é a contraprestação de um serviço recebido ou posto à disposição do contribuinte e por este remunerado. Duas taxas para o mesmo serviço é dose dupla de insubordinação constitucional".

E mais adiante continua:

"Concretamente, existem imposições pecuniárias coercitivas, ambas determinadas pelo Estado do Paraná, sendo duas de caráter tributário, e uma de caráter convencional, todas incidindo com superposição sobre o mesmo fato gerador, consagrando uma dupla incidência manifestamente ilegal.

Vale dizer que para o uso da máquina judiciária como serviço colocado à disposição dos usuários, seriam necessários a efetivação dos pagamentos das taxas acima mencionadas, sem o que não se conseguiria o seu funcionamento.

É importante salientar ter essa atuação extrapolado a faculdade supletiva concedida pela Constituição Federal aos Estados e é inaceitável o ato de arbítrio e usurpação de poder.

Com efeito, o Estado do Paraná ao atuar em matéria de custas judiciais, alterou-lhe seus aspectos valorativos e dimensionais em detrimento do postulante judicial, criando a taxa adicional sobre uma base de cálculo insuscetível de suportar qualquer alteração de valor, vedado que está por lei, o ato não mais pode ser considerado discricionário, mas demonstrativo de autêntico abuso de poder".

Assim dado o caráter ilegal da cobrança da sobretaxa, e o caráter social, haja vista que no Estado de Direito não é permitido o uso do arbítrio, esperamos o apoio desta Colenda Casa, com sua aprovação final.

Reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

PROJETO DE LEI N. 232/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão do Pinhal que pretendemos declarar de Utilidade Pública, é uma sociedade civil de caráter assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração por prazo indeterminado, conforme estabelece o seu estatuto.

Tem por objetivos promover o bem estar e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais onde quer que se encontrem, e estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N. 233/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grandes Rios, com sede e foro no Município de Grandes Rios.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grandes Rios é uma entidade que foi instituída no Município de Grandes Rios, no ano de 1979, a fim de representar a categoria dos "Trabalhadores Rurais na Agricultura", com sua colaboração no sentido de proteção, coordenação e representação legal da classe.

Ressalta-se que sua assistência abrange os atendimentos médico-odontológico, jurídico, distribuição de medicamentos e atendimentos na área técnica.

Tendo em vista os benefícios e desempenhos executados pelo sindicato acima citado, torna-se necessário declará-lo de Utilidade Pública, pois vem trabalhando em favor de uma das classes mais importantes para o desenvolvimento do nosso País.

Certos de que o pedido receberá total acolhimento por parte dos nossos ilustres Pares da Casa, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos mesmos, solicitando a sua aprovação, pois a questão aqui tratada tem relevante caráter social e precisa de atenção de nossa sociedade.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra à

Senhora Deputada Amélia Hruschka, primeira oradora inscrita.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Dia Internacional da Paz é comemorado hoje em todo o mundo de forma especial porque estão reunidos hoje em Washington os chanceleres da União Soviética e dos Estados Unidos da América, discutindo a questão do desarmamento nuclear.

Pela primeira vez nos últimos anos a Humanidade assiste conversações, ações concretas no sentido de acabar com a ameaça nuclear que pesa hoje sobre todos os povos do mundo.

Não é surpresa que o arsenal nuclear dos países que detêm a tecnologia necessária, dispõe, somados, de bombas capazes de destruir o planeta Terra 40 vezes.

Enquanto prospera a indústria bélica, a indústria do medo e da guerra, aumenta em todo o mundo o número de menores abandonados, famintos, miseráveis e abandonados pela sorte. A fome é uma epidemia que ataca países ricos e países pobres, seja nos países africanos, como Moçambique, por exemplo, onde milhares de civis indefesos morrem semanalmente, seja nos países ricos que não conseguem acabar com os bolsões de miséria, a imigração descontrolada que marginaliza adultos e crianças.

A paz mundial é mais que um acordo de cessar fogo nas guerras existentes no mundo atual. Embora as propostas de cessar fogo devam ser incentivadas, apoiadas por todos os povos que compreendem a importância da paz para a prosperidade dos povos e das nações, a paz é um objetivo maior que extrapola os confrontos bélicos e atinge todos os povos no dia a dia, no cotidiano, onde a falta de pão, a falta de escolas, a falta de empregos e de perspectivas futuras traz infelicidade e intranquilidade para o homem.

A paz real. A verdadeira paz com que sonha toda a Humanidade é conquista de dias melhores para os povos. É a conquista de melhores condições de vida para todos os homens que estão em guerra, ainda que longe de um campo de batalhas, mas defrontando-se diariamente com as ameaças do desemprego, da fome, do analfabetismo e tantos outros problemas sociais, políticos e econômicos.

O Dia Internacional da Paz é uma esperança na evolução do mundo em que vivemos. Uma esperança de que os países ricos deixam de gastar fortunas incalculáveis em armamentos, e que possam utilizar esses recursos no auxílio aos demais povos, porque nós sabemos, Senhores Deputados, que os homens são irmãos e são iguais em todos os quadrantes do planeta.

A felicidade do homem é uma conquista

mundial. De nada adianta que a Europa seja um contingente rico, se os povos europeus defrontarem-se diariamente com fotografias de pessoas famintas estampadas nos jornais.

Somente quando a Humanidade evoluir corretamente no sentido de atender os reclamos de justiça social em todos os países do mundo, teremos conquistado a verdadeira evolução, o verdadeiro progresso, porque o mundo será uma só família, unida e feliz, sem nenhuma necessidade de guerras ou gastos desnecessários". (Termina de ler).

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilton Barbosa, seguinte orador inscrito. (Declina).

Havendo declinado, está encerrado o Pequeno Expediente, e passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado David Cheriegate, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Quando na solidão de meu gabinete, contemplo o Brasil que agoniza no leito das torturas que lhe armaram os desmandos do regime que nos rege; quando escuto as invectivas indecorosas que mutuamente se assacam os bandos políticos que, como lobos famintos, disputam entre si as migalhas de um poder degenerado; quando constato o estado de apatia coletiva que mais parece uma saliência do caráter nacional, enquanto o povo estorce-se nas garras aduncas da miséria; da ignorância e do vilipêndio; quando vejo a honra e o talento abatidos pela exaltação da mediocridade bem sucedida dos charlatões e pusilânimes da causa pública; e quando descortino o horizonte da impunidade e da desesperança - eu me pergunto: não haverá um único homem que, purificando o trato das instituições, sustenha a pátria que resvala para o abismo no fundo do qual irá encontrar seu esfacelamento? Como aterradora resposta, recolho o silêncio e o desânimo". (Clóvis Bevilacqua, junho de 1879).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

O Governo da Nova República emplaca, em data de hoje, dois anos e meio de existência. Tanto quanto não é ocasião para a saudade, não é ocasião para o regozijo. Obviamente, o clima de expectativa, ensinava mais do que vimos e mais do que foi realizado. Aliás, concebida para ser a redenção dos brasileiros, é um pesadelo; para ser o caminho do desenvolvimento so-

cial, é o abismo da frustração; para ser o reencontro do Estado com a Nação, é uma panacéia, a encenação amadora de um Governo populista inepto e incompetente.

Gerado de uma "Carta de Princípios" a que jamais atendeu, este é um Governo esqualido, tísico, sustentado apenas no fisiologismo de manter-se no poder pelo acervo de conveniências que o poder oferece. Nem mais, nem menos. É uma assertiva grave, reconheço. Nem por isso, mais grave que a situação em que mergulhou o Estado e o povo. Como se comporta, a Nova República é a incontrastável apologética do caos.

Prepotente e sem autoridade, insincero e desacreditado, ilegítimo e desfigurado, o Governo vem se constituindo na imagem aberrante de um líder de apaniguados, no chefe de uma claque paga, um aventureiro da sorte, o oposto, enfim, do que ensejou a instituição.

Sob o epíteto da austeridade, é um perdulário; sob o título de democrata, nega os compromissos políticos assumidos com a Nação, arrosta-se ao Poder Constituinte legitimado e impõe o prazo do seu mandato; sob a chancela de "Tudo pelo Social", é um genocida.

Transpomos ao mês cívico da Independência, tão ou mais escravos do que sempre fomos, desassossegados por inquietações de todas as espécies, à mercê da flexibilização de uma economia oligárquica, selvagem, que, no rastro dos inusitados índices de inflação, inadimplência, concordatas e falências, enseja antever mais desempregos e mais angústias no sacrificado martírio da sobrevivência dos brasileiros.

Adentramos este mês de setembro na promessa, a quinta neste Governo, da efetiva contenção de despesas com vistas ao abrandamento do déficit público, até aqui insensivelmente alimentado pela espoliação tributária dos compulsórios, do confisco dos poupadores, do aumento das alíquotas fiscais, ao custo de mais miséria social.

No momento em que a Nação questiona os absurdos gastos públicos aplicados na administração do Governo, geradores do imenso déficit público atual; a irresponsabilidade da contração da nossa dívida internacional; o retorno ao monitoramento do FMI, com as suas incursões no modelo de vida brasileiro, particularmente responsável pela execução da política de arrocho salarial que vem sendo praticada, tanto como o povo devo concluir que a embusteira codificação dos princípios programáticos partidários, como a consciência dos que são incumbidos, diretamente, de executá-las, padecem, irremediavelmente, das síndromes do Poder, diagnosticáveis pela inversão do caráter pessoal dos mandatários executivos, pela retórica abundante e hipócrita, pelo exercício potencial e imoral

de todas as conveniências que o poder investido pode garantir.

Em referência à dívida e ao monitoramento do FMI, permitam-nos lembrar esses compromissos:

"Reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a sabedoria nacional." (manifesto da Aliança Democrática, 08.08.84, item VI).

"A dramática situação do balanço de pagamento não deve servir de pretexto para comprometer o crescimento econômico e as condições de vida dos trabalhadores. Para isso, urge subordinar-se a política comercial brasileira às necessidades de produção e disponibilidade de mínima dos bens e serviços de consumo popular." (Princípios básicos do PMDB, Coleção Alberto Pasqualini, volume 26, pág. 37).

Asseveram os historiadores e os economistas que a história da nossa dívida externa remonta ao Brasil Colônia, até alcançar em 1964, o volume aproximado de 3 bilhões de dólares, somados já o crescimento, em 25%, ocorrido desde 1946.

A teoria do "crescimento econômico com endividamento", formulada pelos Ministros da Fazenda dos Governos Militares, afirmava que o endividamento externo era essencial para o "crescimento econômico acelerado e auto-sustentado". Para os gênios mentores dessa política, à medida que a poupança e os livres investimentos externos serviam para incrementar a produção de bens exportáveis, o País estaria aumentando a sua capacidade de pagar as dívidas. Foi, dessa forma, que a dívida elevou-se em 1500%, apenas entre 1964 e 1978.

Em contrapartida, no negócio, o Brasil aceitou o monitoramento do FMI, com o seu modelo peculiar de combate à inflação, tão conhecido de todos nós; a política do arrocho salarial, que jogou aos ombros dos trabalhadores todos os efeitos das crises econômicas produzidas; a adoção de uma política altamente receptiva e benéfica ao capital estrangeiro e à remessa de lucros para o exterior; além, é claro, de um conjunto de medidas políticas consubstanciadas através dos Atos Institucionais, que serviam para garantir a "estabilidade política" do País, segundo a qual, é onde o lucro do capital é certo e seu retorno é seguro.

Na sentença irrecorrível da China maoísta era "o dente canino do tigre americano".

A economia chinesa, agora da linha dengosa, em tempo de extroversão já integra o condomínio do FMI e está alegremente monitorada pelas técnicas "from Washington". Em apenas três anos, a China contratou uma dívida externa de 24 bilhões de dólares. E o capital de risco, em 1987,

anuncia uma injeção de 4,7 bilhões de dólares.

Em janeiro deste ano, o Governo brasileiro, coerente com os seus compromissos e, diante da impossibilidade de continuar honrando o pagamento indecoroso dos serviços e juros da dívida, depois de esclarecer que, só nos últimos cinco anos, o Brasil remeteu para o exterior 55 bilhões de dólares, sem que, pelo menos um dólar, fosse aqui reinvestido, proclamou a moratória unilateral. Mas, a Nação soube, também, que apenas nos últimos quatro anos, o principal da dívida foi acrescido de 25 bilhões de dólares, resultante da variação das taxas de juros, por definição, unilateral, dos Estados Unidos. A consequência é o passivo atual de US\$ 113 bilhões.

Na Grécia das origens, ao tempo em que Atenas era dominada pelo reino de Creta, a cada 9 anos sete moços e sete moças deviam ser levados a Creta para satisfazer à voracidade do Minotauro, o monstro metade homem, metade touro. Esta lenda da dominação tem a sua versão contemporânea no FMI-Minotauro. Só que o antigo devorava 14 a cada 9 anos. Hoje, o saldo na balança comercial, que viabiliza o pagamento de apenas uma parte dos juros da dívida, realiza-se com a morte de mais de 350 mil crianças por ano, vítimas da fome e da subnutrição; mantém 40 milhões de brasileiros nas peias do analfabetismo; faz emergir o crime e a violência em erupções inevitáveis, acrescentando um tempero ácido no cardápio que não podemos continuar digerindo. Nas circunstâncias espoliativas da nossa dívida, cada bilhão de dólares do pagamento de juros reapresenta mais um gigantesco holocausto.

Aldroaldo Moura da Silva, vice-Presidente de operações internacionais do Banco do Brasil, em recente entrevista à "Gazeta Mercantil", confirmou que o nosso Banco Central possui em depósito 30 bilhões de dólares em moeda estrangeira. Confirmou, também, que 70% da dívida repousa no setor público e 30% no setor privado. Assim, qualquer que seja a proposta para o seu pagamento, ela não será eficiente se o Governo não aumentar o seu nível de poupança, que o obrigaria a diminuir os seus investimentos, concomitantemente à elevação da atual carga tributária.

No jogo político das pressões e contrapressões, porém, os credores internacionais vem promovendo, agora, uma intensa campanha para a conversão da dívida externa, em capital de risco. Ao contrário do que possa parecer aos menos avisados, a conversão da dívida não é investimento, é pagamento; é um meio, sutil, de burlar a moratória decretada; posto que exigirá a emissão de cruzados, diariamente desvalo-

rizados diante do dólar, a conversão, como vem sendo proposta é inflacionária; ao mais, é desnacionalizante, se considerarmos que, com apenas 10% da dívida é possível comprar-se as vinte maiores empresas instaladas no País; além de comprometer o futuro da balança de pagamentos, tanto pela remessa de lucros, quanto pelo repatriamento de capitais; finalmente, por suspeita de ser contraída de forma fraudulenta, que a tornaria ilegítima, parcialmente decorre de manipulações contábeis.

A solução verdadeira e definitiva, na concepção de todos os que se detiveram ao minucioso exame da questão, passa por uma ampla auditoria da dívida, pelo aprofundamento da moratória e, depois, pela amortização do principal, através de um percentual do saldo da balança comercial, excluindo, sempre, o FMI.

Entretanto, desde que retornou das negociações em Washington, o Senhor Bresser Pereira, Ministro da Fazenda do PMDB vem se constituindo no ardente defensor do retorno ao FMI. No comboio do ilustrado Presidente do seu Partido, já peregrinou todos os escalões das lideranças peemedebistas que, timidamente, em alguns casos, ousadamente em outros, vão devolvendo o Brasil, ao mais nefando e cruel de todos os seus algozes.

A contradição que se instala entre essa atitude, e a letra do seu ideário programático, é apenas mais um detalhe que se acrescentará à desgastada imagem da classe política, que embala o descrédito e a desconfiança popular nos próceres da administração pública.

Não cabem dúvidas de que o Governo, pelo conjunto do seu comportamento e pela forma como opera a administração do País, mais do que ninguém, é o grande responsável pela dívida externa, carregada que foi e que é, particularmente, para a realização de suas obras e a amortização do déficit público, isoméricamente.

O DEFICIT PÚBLICO

A economia não é ciência que tolere verdades imperfeitas. Mesmo quando os economistas insistem em torná-las verdades absolutas, no tempo, transformam-se em desajeitados explicadores dos próprios fracassos, sem perceberem que são os autores e não as vítimas circunstanciais.

A jurídica teoria da imprevisão não foi criada para justificar os economistas ideológicos ou fisiológicos, mas é a consequência da sua falta de percepção da realidade.

Deste prisma, não há quem negue, no Brasil, a inflação é, apenas, governamental. Todas as outras formas, são decorrentes dessa. Se o déficit público existe, é

porque o Governo gasta mal, gasta demais, e não tem hombridade para defrontar-se com os tabus criados pela classe política, como o empreguismo despudorado, a estatização corrosiva e os projetos deletérios para a construção das inúteis pirâmides da fantasia oficial.

Ocorre que, a manutenção de uma enorme e inoperante máquina administrativa, gera poder. A constituição de uma ineficiente e desorganizada estatização, dá força política. A formulação de projetos, necessariamente mais onerosos do que os da administração privada oferece campo de receita adicional, muitas vezes de declaração impossível.

Em outras palavras o déficit público é o resultado do atendimento à força política dos mandatários do Poder, jamais para atender o bem comum, objetivo menor do Governo.

Se os detentores do Poder não pretendessem utilizar-se do Estado para os seus desígnios políticos, as finanças públicas poderiam ser administradas racionalmente, fazendo o Estado o que lhe compete fazer (administração de justiça, segurança interna e externa, saúde, educação, previdência social e repressão ao abuso do poder econômico), e deixando de fazer o que não sabe fazer, que é ser empresário.

Na premissa de que, a quem detém o poder o que interessa é o poder, são sempre atuais as palavras de Henry Mencken:

"Se a experiência pode ensinar-nos seja o que for, ensina-nos isto: um político criterioso, numa democracia, é tão inconcebível quanto um assaltante honesto".

A razão verdadeira pela qual no Brasil o déficit público não é combatido pelo lado da redução de despesas, é porque esse procedimento representaria deixar, à mão dos cidadãos, mais recursos para agilizar a economia. Porém, pelo lado - pouco racional mas eminentemente político - a transferência de recursos dos segmentos úteis e produtivos da Nação para os menos úteis ou intensamente inúteis enquistados no Governo, significa mais poder, mesmo que ao custo de mais miséria.

De outra forma não há como explicar que, apenas em pagamentos de salários e encargos sociais, a União pagará neste ano, 560,34 bilhões de cruzados, 5% do Produto Interno Bruto (Gazeta Mercantil, em 27.07.87).

Não vamos longe, foi em maio deste ano, através do Decreto n. 94.313, que o Governo da austeridade possibilitou que os Órgãos contratasse "servidores especialistas", com salários de mercado, substancialmente maiores que os salários do funcionalismo público. Por essa porta, de maio a julho, entraram mais de 10 mil novos funcionários, com salários entre Cz\$

50 mil e Cz\$ 100 mil por mês, muitos dos quais secretárias, motoristas e datilógrafos (Gazeta Mercantil, em 27.07.87).

Na sequência do discurso e da edição de Decretos, artilharia do Governo austero no combate ao déficit público, o Senhor Presidente da República mandou embutir no orçamento da União para 1988, que hoje trafega nos caminhos da burocracia do Congresso Nacional, uma rubrica de Cz\$ 8 bilhões para as obras da malsinada Ferrovia Norte-Sul, protagonista do repúdio nacional em escala somente igual ao repúdio que o Senhor José Sarney vem merecendo de todos os brasileiros.

Só nos bancos estaduais, a cobertura federal, a fundo praticamente perdido, deve chegar, em 1987, à bagatela de Cz\$ 120 bilhões (Folha de São Paulo, em 12.06.87).

Depois de dois anos e meio, no momento que o Governo ainda investe na sustentação parlamentar da sua administração; ainda ajusta a definição constitucional do seu mandato; ainda consolida a afinação da Aliança Democrática; e os Governadores, de bolsos furados, não podem abrir mão dos repasses já prometidos; o exercício da austeridade é, nesta hora, politicamente, inoportuno; moralmente, está com dois anos e meio de atraso.

É do conjunto dessas e muitas mais irresponsabilidades, que o déficit público não tem como fugir dos 7% do PIB, num volume de recursos que galopa para além dos Cz\$ 700 bilhões, apenas em 1987.

Na administração desses tresloucados excessos, em qualquer tempo ou lugar, qualquer Governo austero, imbuído do sincero propósito de abrandar as circunstâncias dessa conjuntura, combinaria, na prática, ao menos uma dezena de mecanismos:

1. A redução ou extinção de todos os subsídios;
2. o corte de todas as despesas de desperdícios de custeio;
3. a protelação de projetos de obras postergáveis ou não prioritárias;
4. a proibição efetiva de novas contratações de pessoal ou de novas ampliações do organograma administrativo;
5. A modernização dos serviços de arrecadação fiscal e agilização dos trabalhos de fiscalização;
6. a operação de guerra contra a sonegação e o contrabando;
7. o remanejamento da carga tributária já existente no interior da sociedade (entre setores, produtos, mercados, regiões e classes sociais);
8. a mudança da postura meramente fiscalista ou autográfica, por uma visão econômica e social da política tributária;
9. o abandono sumário das atividades "estatizadas" deficitárias, melhor desem-

penhadas pela iniciativa privada;

10. a elevação da carga tributária bruta.

Pela vocação tupiniquim do bicho-preguiça e pela pusilanimidade política nos tratos da coisa pública, todos os governantes de ocasião detonam o programa de austeridade a partir da última alternativa, a décima.

Essa opção leviana coloca-se na contramão do processo holístico ou consistente de saneamento do setor público. Ao começar pelo aumento dos impostos, a austeridade econômica simplesmente desarma a eficácia das outras nove alternativas. Que não são medidas alternativas, mas medidas complementares ou aditivas (Gazeta Mercantil, em 12.06.87).

Concordo, em gênero, número e grau, que é muito difícil esperar-se tanta responsabilidade deste governo, marcadamente dispersivo e mordomado, que entende transição por transigência, que no conluio dos fantasmas que infelicitaram a Nação, da ELETROBRÁS a Furnas do Ministério das Comunicações a Itaipu, emprestou um ranço mal-cheiroso que não condiz às propostas mudancistas que se ensejou, desde a Campanha das Diretas, marcassem a Nova República.

O quadro do Brasil de hoje mostra, definitiva e irrefutavelmente que, na política, a mentira dos mercadores e falaciosos do poder, de tanto repetir-se, constituem-se verdade. O respeito e a dignidade, porém, não se impõem a uma Nação pelas leis ou pelas palavras: infunde-se nela, pelo exemplo. Aqui, podemos assegurar, o exemplo é triste e infeliz".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a representação do Partido da Frente Liberal. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra à representação do PT.

Com a palavra, o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Sras. Parlamentares.

A minha satisfação de, nesta terça-feira, com casa cheia, estarmos aqui para mais um dia importante na vida do Legislativo paranaense.

Mais importante talvez, porque hoje, dia 15 de setembro, é aniversário da metade de um ano do Governo Álvaro Dias. Importante, eu digo, porque talvez a função principal, nesse momento, desta Casa de leis e de todos os seus integrantes, é de usar o nosso potencial e o nosso poder para fiscalizar os atos do Executivo, que é ele que está o centro das decisões nesta

Nação.

Portanto, ao completarmos seis meses de Governo, é bom nós, sete partidos políticos que compõem esta Casa de Leis, fazermos uma retrospectiva séria e realista sobre os atos do Executivo nestes primeiros seis meses de mandato novo.

E é lógico, as deficiências neste Governo terão que ser trazidas para a discussão pública porque se nós, Parlamentares paranaenses, não o fizermos, ninguém as fará.

É por isso que nós do PT julgamos de suma importância fazer uma avaliação realista do que foi o Governo Álvaro Dias.

Temos quatro pontos a destacar para tentar chamar a atenção das deficiências apresentadas pelo Governo do Estado atual, o Governo Álvaro Dias, em confronto, é lógico, com os governos anteriores.

O primeiro ato forte foi o ato da Reforma Administrativa. A Reforma Administrativa que ganhou espaço na preocupação da maioria dos paranaenses, após a sua concretização e a bem da verdade, temos que dizer que ela tem demonstrado um alto teor de uma concentração ainda maior do poder nas mãos do próprio Governador, centralizando as decisões ainda mais no Executivo Estadual. Os dados revelados mostraram também o aumento dos gastos, os gastos públicos oriundos da Reforma Administrativa, pois com a criação de alguns cargos e a extinção de outros, e a criação de mais quatro secretarias e a demissão de funcionários com baixos salários e a contratação de funcionários com altos salários, certamente foi o que contribuiu para o aumento na folha de pagamento e a redução nos cargos públicos nesse Estado.

Quanto ao processo de reforma agrária, que num Estado agrícola como é o Estado do Paraná, creio eu ser a questão fundamental, a questão principal, sentimos a continuidade de um governo de abandono completo aos assentamentos, às diferentes reformas de organizações dos sem-terra, percebemos a intromissão do Secretário da Agricultura na questão e numa pasta específica na Secretaria da Reforma Agrária do Estado, e uma posição, manifestada publicamente contrária à realização da reforma agrária e favorável às posições da União Democrática Ruralista e da Federação Patronal Rural deste Estado.

Sentimos também, uma imposição repassada da política do Governo Federal sem nenhuma interferência para alterar, para favorecer, os produtores paranaenses.

Percebemos também, nesses seis meses de governo, que quem governa este Estado é a Secretaria de Comunicação Social, que através de sua estrutura privilegiada, publicada pela revista "Veja" com o seu equipamento, o seu competente quadro de

pessoal, estão conseguindo projetar uma imagem de um governo chamado "O Governo Halley", de que muito se fala e pouco se vê.

Então, essa é uma terceira avaliação que precisa ser feita, do Governo Álvaro Dias. Temos exemplos: os "marajás" do Tribunal de Contas, muito capitalizou em cima disto e nada aconteceu. Será que o Governador não sabia da situação jurídica em que se encontravam, ou será que ele agiu com incompetência? É de se perguntar. Acho que foi uma imagem projetada.

Há o caso da PROMOPAR. Será que foram feitas diligências para prender, para investigar, ou então, se procurou inocentar aqueles que devem, e culpar aqueles que realmente estão sendo usados sem nada dever?

Quanto ao Departamento de Estradas de Rodagem, denunciemos e pedimos uma sindicância. Será que tudo vai ficar somente na atitude que foi tomada até aqui, que foi a de demitir três funcionários suspeitos de serem deunciantes das falcaturas do DER? Até agora nenhuma providência foi tomada, além dessa.

Tem mais casos. E o convênio com a Secretaria da Agricultura e as Federações Patronais e a Sociedade Rural cuja anulação foi aprovada por esta Casa, o que foi feito até agora de concreto? A sonegação e o atraso...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa que seu horário está esgotado, e lhe concede um minuto para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. ... a sonegação de informações, como foi freqüente nestes seis meses de Governo. Temos o caso Atalla, caso em que até agora, a única providência anunciada foi o penhor de uma fazenda de 397 hectares, assunto sobre o qual requeremos um pedido de informações e a direção do BANESTADO disse que não ia respondê-lo.

Esses atos, é preciso que sejam confrontados com a imagem de Governo ...
(É retirado o som)

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, antes de anunciar que falará o Deputado Rafael Greca, queremos anunciar a esta Casa que havíamos apresentado um Projeto de Lei que extinguiu o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, BADEP. Este projeto foi apresentado em razão de uma série de problemas de ordem adminis-

trativa ocorridos no BADEP na gestão anterior. Como Álvaro Dias substituiu o Presidente anterior, colocando na presidência o Doutor Celso Sabóia, que é um homem íntegro, competente, dotado de todas as condições para sanar os problemas que envolvem o BADEP, consigno meu voto de confiança ao novo titular. Sendo assim, estamos retirando este nosso Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa irá atender o requerimento de Vossa Excelência e quer registrar a presença em Plenário, do nosso ex-colega Aírton Cordeiro, atual Constituinte.

Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Volta e meia se ouvem, neste plenário, vozes vindas da Bancada da Situação que mais parecem vozes nossas. Ou melhor, seriam as vozes do povo. O povo que ainda não deixou de freqüentar a bancada palaciana e que está a reclamar de tanta aflição e de tanta inconseqüência com relação a condução dos destinos do País e da Nação. Dedicou-se a assessoria palaciana a celebrar, no dia de ontem, os seis meses de Governo do Senhor Álvaro Dias.

Lamentavelmente, esqueceu-se a mesma assessoria de reportar na matéria onde alinhavava os sucessos destes seis meses de Governo, a vexatória obrigação que impôs à Bancada do PMDB nesta Casa, pelo menos a vinte e nove dos Senhores Deputados, de assinarem um manifesto pela prorrogação do mandato do Presidente José Sarney e pela negação da idéia de eleições diretas, livres e soberanas como é de aspiração da Nação e como se diz em todas as praças e todos os rincões do Paraná e do Brasil.

Corre o risco o Governador, dito o mais popular do Brasil, de ser a reedição debaixo dos Pinheirais, do Presidente Raul Alfonsín, que o mais popular de todos os Presidentes de toda a História da Argentina, depois do ditador Juan Domingos Perón, perdeu as eleições, quando elas livres e democráticas, realizadas naquele País.

No entanto, como esta Casa é Casa de indagação e como esta tribuna é tribuna de se perguntar, há que se perguntar se hoje teremos finalmente a instalação da CPI do Banco Del Paraná, se hoje começará a ser explicada à opinião do Pública do Paraná, e a esta Casa de opinião, tudo o que vai de errado com relação ao Banco Del Paraná.

Por exemplo, o caso do Livro Negro de abril de 1984 a janeiro de 1985. Por exemplo, as operações fraudulentas da ordem de US\$ 17 milhões, operações estas com adiantamento, onde se comprava o dólar ao câm-

bio de 240 guaranis, para fazer importações no Paraguai e se vendia por 800 guaranis no mercado livre, porque as importações simplesmente não existiam.

Há que se perguntar se hoje vai começar a ser explicada à consciência do Paraná, a atitude do Banestado, quando deu um empréstimo de US\$ 5 milhões BRASILINVEST do Senhor Mário Garnero em março de 1984. BRASILINVEST que faliu logo depois.

Há que se perguntar se hoje vai ser explicada à consciência do Paraná, porque o Banestado recebeu por Cz\$ 4,50 cada uma das ações da Hering - Instrumentos Musicais e Brinquedos?

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Na sequência, Deputado José Felinto, depois que eu acabe de brincar com os brinquedos Hering.

Na sequência, o BANESTADO vendeu por Cz\$ 0,80 cada uma das ações que haviam sido compradas por Cz\$ 4,50, para a Trol, do acionista majoritário, o egrégio, o ilustre, o santificado, beatífico Ministro Dilson Funaro, hoje parece que já de auréola não tão reluzente.

Há que se perguntar e há que se explicar nesta CPI, à consciência do Paraná, porque se fez esse Banco Del Paraná, se realmente é bom negócio do lado de lá do Rio Paraná.

Será que este Banco Del Paraná realmente foi feito por inspiração do Senhor Jucundino Furtado ou terá nascido de uma carta do Senhor Celso Sabóia, atual Presidente do BADEP, ao General Cezar Barrientos, Egrégio Ministro da Fazenda do Presidente da República Del Paraguai, General, Generalíssimo Alfredo Stressner.

Pois é, todas essas indagações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, assaltam esta Assembléia, assaltam os nossos corações e as nossas mentes. No entanto, nos assalta a indagação maior: por que o Governador Álvaro Dias, quando Presidente do PMDB, quando colocado na Presidência do Diretório Regional do Partido Majoritário, enquanto Senador da República, não se percebeu e tão má companhia? Por que o Governador Álvaro Dias só veio agora saber das falcatruas do Sr. Karam; da ingenuidade ou da levandade da Sra. Edemara; da maneira como era livre atirador o Sr. Leonel Amaral; ou mesmo neste caso de polícia que é o Banco do Estado com algumas das suas operações e o Banco Del Paraná.

Será o Palácio Iguaçu, queira Deus seja verdade, iluminado por lúcidos raios de entendimentos? Terão os Governadores do Paraná, quando se sentam na cadeira governamental, às luzes que não têm os comuns dos homens quando estão Senadores ou Depu-

tados andando no meio do povo? Tais coisas responderá o futuro, tais coisas responderá a hostória.

Eu quero, ainda, pedindo a gentileza do Deputado José Felinto, usar o tempo que me resta para, em nome da bancada do PDT, fazer voto de memória e pesar ao ilustre ex-Prefeito de Curitiba, Dr. Alexandre Beltrão, que tendo sido nosso prefeito por duas vezes, nos idos de 1934 e 1946, faleceu ontem em Londrina e hoje baixou sepultura no Cemitério Municipal desta cidade.

O ilustre engenheiro Alexandre Beltrão, pioneiro da colonização do Estado do Paraná, deixa os filhos Alexandre Filho, que é o homem do Brasil na Organização Internacional do Café e reside servindo em Londres; a Sra. Vera Beltrão, a Sra. Rosita Beltrão de Almeida; a Sra. Eleonora Beltrão Barcique e o Dr. Lauro Beltrão, médico.

Seja a terra de Curitiba sementeira da memória para o honrado prefeito que hoje baixou à sepultura, e que o seu exemplo de honradez e dignidade e de pioneirismo nos ajude a desenlear aqui nesta Assembléia e nos espaços da cidade e do Estado, bandeiras libertárias, generosas e belas.

Concedo o aparte ao Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Primeiramente eu gostaria que Vossa Excelência me informasse a data da operação com a Hering.

E, segundo, que ninguém colocado na Presidência do PMDB, Vossa Excelência está equivocado. No PDS, na ARENA de Vossa Excelência se colocava e indicava Presidente. No PMDB se faz eleições, não é se colocando na presidência. E informo a Vossa Excelência, que Vossa Excelência foi convidado para ir até o Palácio na época da colocação das auditorias nas quais o Governo do Estado apurou essas irregularidades do Governo que Vossa Excelência defendia, da qual Vossa Excelência era o "conselheiro do rei". Parece-me que Vossa Excelência era conselheiro-mor de Jaime Lerner e Ney Braga. No entanto, vem Vossa Excelência a esta tribuna, desinformado. Significa que Vossa Excelência tem fugido do noticiário do nosso Estado e do nacional e como também dos jornais do nosso Estado.

O SR. RAFAEL GRECA - Só para concluir, Sr. Presidente.

É para informar à Assembléia de que o Deputado José Felinto me atribui mais importância do que realmente tive em tempos luminosos e para lamentar que o Governador Álvaro Dias não tenha tido a sua lucidez quando era militante do PMDB e não Governador e tenha concordado em ombrear com o Senador José Richa das eleições no ano

passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Liderança do PTB. (Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra ao PMDB.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste período de governo Álvaro Dias, o Paraná tem vivido um momento de rara felicidade, ainda que estejamos num período de crise, uma crise nacional violenta, sufocando a classe trabalhadora brasileira, sufocando o pequeno e o médio empresário, deixando enfim a nossa sociedade com momentos de angústia e de muita aflição.

Mas estamos vivendo um período de Assembleia Nacional Constituinte, em Brasília, e em grande parte dos principais estados deste País, se discute como será a futura Carta que vai dirigir, esperamos nós, o destino de mais de 135 milhões de brasileiros. E esperamos também que esta nova Constituição deixe de ser autoritária como a vigente, deixe de dar apenas ao executivo muita força e o descrédito aos Poderes Legislativo e Judiciário.

Por isso, temos acompanhado, inclusive, um trabalho da bancada do PMDB nesta Casa, que tem encaminhado sistematicamente subsídios para que o relator da Assembleia Nacional Constituinte, para que a bancada do Paraná e os Constituintes brasileiros, entendam a necessidade de se fazer uma Constituição séria e preocupada com todos os segmentos de nossa população.

Falar em reforma agrária, como o fez no horário da Liderança do PT o Deputado Pedro Tonelli, tem sido ao longo dos anos uma preocupação do PMDB, e tem sido tão grande que recentemente perdeu o PMDB e perdeu também o Brasil, o Ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, que estava em pleno exercício do seu trabalho, quando procurava, no mesmo dia, viajando por dois ou três Estados, por algumas cidades, em várias reuniões, colocar em prática a Reforma Agrária, tão esperada, tão aguardada e tão necessária neste País.

Mas não é bem a Reforma Agrária que quer o Deputado Pedro Tonelli, na beira do asfalto ao lado de Maringá, de Cascavel, e de Londrina, aqui no Centro Cívico, ao lado de Curitiba. Essa é uma Reforma Agrária que quer o Deputado simplesmente para uma extrema e extensa demagogia e não a preocupação com a reforma agrária como realmente ela deve ser feita.

Falar que o Governador Álvaro Dias apenas falou de Marajás no Tribunal de

Contas, e que ia processar o grupo Atalla, é desconhecer que existe, Deputado Pedro Tonelli, um Poder Judiciário a quem compete realizar o trabalho de execução ou não da dívida do Attala. É colocar ou não em prática se têm ou não validade os atos que deram condição aos Marajás do Tribunal de Contas.

Mas isto tudo compete à Justiça e não diretamente ao Poder Executivo.

Falar que nada tem sido feito é desconhecer o trabalho que tem realizado o Governador do Estado, apoiado pela bancada de trinta e sete Deputados aqui nesta Casa.

Quando ouço falar que nada foi feito em reforma administrativa, cabe-me lembrar a V.Exa., em números, que nós dispendíamos 120% do ICM para pagamento de pessoal, e que hoje se conseguiu reduzir este percentual para 90%, dada a reforma administrativa executada.

Então, ficamos pensando o que na realidade se pretende neste Paraná.

Ouvi há pouco o Deputado Rafael Greca, ilustrado Deputado desta Casa, que cobrou posicionamento acerca do Banco Del Paraná. Que ele só tem conhecimento do lá ocorrido porque foi o Governo do Paraná que levantou através de um Relatório, que o Paraná e o Brasil conhecem através dos meios de comunicação. Não foi o Deputado Rafael Greca e nenhum partido de oposição, foi, exatamente, este Governo que há seis meses está dirigindo o Paraná que foi elucidar os problemas, as safadezas, por que não, as patifarias cometidas no Banco del Paraná!

Como é possível falar que o Banco do Estado não tem realizado um trabalho?!

Mas o Deputado também lembrou o problema do Brasilinvest, e da Hering.

Eu quero ajudar o Deputado Rafael Greca. Em primeiro lugar, a mim não compete defender ou não o Ministro Dilson Funaro, que nem soube da negociação que acabou acontecendo aqui, iniciada em 1982, num procedimento do Governo Ney Braga para rememorar a cabeça do nobre Deputado.

O problema lembrado, do Brasilinvest, de 1984, também foi um procedimento iniciado em anos anteriores. Foi o próprio Governo do Paraná hoje através do Governador Álvaro Dias, que levantou os problemas ocorridos, não foi nenhum documento cobrado ou levantado nesta Casa, pelo Deputado Rafael Greca - e me desculpem os outros opositores - foi o Governo do PMDB, foi a Bancada do PMDB!

Se o Paraná conhece o problema da Hering, se o Paraná conhece os problemas do Brasilinvest, se o Paraná e o Brasil conhecem o que aconteceu com o Banco del Paraná, isto deve-se ao próprio PMDB! Porque nós temos um compromisso firmado, aqui,

dentro da nossa Bancada e com o Governador Álvaro Dias, não importa a sigla partidária, importa, isto sim, o comportamento, a competência e a dignidade para ocupar um cargo público!

As pessoas mencionadas e levantadas, como o caso PROMOPAR, CLASPAR, Teatro Guaíra, serviram, por que não, ao Governo do PMDB, e foram punidos pelo Governo do PMDB, por dados e documentos, por meios encontrados pela Bancada do PMDB e pelo Governo do PMDB!

O Sr. Pedro Tonelli - V.Exa. permite um aparte? (mais dois Srs. Deputados solicitam aparte).

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela ordem, já fui solicitado a conceder aparte pelos Deputados José Felinto, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli, e nós já estamos chegando ao final.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa comunica ao nobre Deputado que seu prazo está esgotado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Eu solicitaria um minuto para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa lhe concede um minuto.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Obrigado, digno Presidente.

Apenas, para encerrar, no dia em que Curitiba está em tristeza pelo falecimento do ex-Prefeito Beltrão, nós nos solidarizamos ao voto de pesar do Deputado Rafael Greca, eis que Curitiba aprendeu muito com o seu ex-Prefeito, com o brilhante engenheiro, o ex-Prefeito Beltrão.

Agora, encerro, perguntando se de fato nada tem sido feito pelo Governo estadual?

Há dias atrás o Governador assinou liberação de US\$ 150 milhões para a Região Metropolitana, o que vai reerguê-la e recuperá-la! Todos os Municípios do Paraná estão indo ao Palácio Iguaçu, estão vindo à Assembléia e às Secretarias, e estão sendo atendidos.

Só não quer enxergar quem, realmente, ou é cego, ou não tem competência para ver!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado? (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL, se deseja fazer uso do Horário que lhe é reservado. (Declina).

Havendo declinado ...

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela ordem) Sr. Presidente, faço uso da palavra para solicitar a esta Assembléia e ao eminente Líder Nestor Baptista, que, em expediente oportuno, dirija-se conosco à Polícia Federal para retirar a acusação que pesa contra a Frente Popular das Oposições, por injúria e difamação, acusação essa assinada pelo então Presidente do PMDB, Álvaro Dias, porque as Oposições faziam veicular uma música onde se perguntava "Que fim levaram os dólares do Banco de Assunção?"

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não procede a questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ FELINTO (Questão de Ordem) - Deputado que pediu Pela Ordem não citou qual o regulamento do regimento Interno que está sendo infringido, então poderia ser repreendido pela Mesa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 079/87. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 79/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva o imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de Guaramiranga medindo 12.100m², matriculado sob n. 12.219, Livro 3-C do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.T.I.C. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI N. 79/87

Substitua-se o art. 1º pelo seguinte:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Imbituva, 790,40m², do imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de "Guaramiranga", que mede ao todo 12.100 m², adquirido pelo Estado do Paraná a título de doação do próprio Município, matriculado sob n. 12.219, Livro 3-C do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva."

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento: Raul Lopes,
Nelson Vasconcellos,
Dirceu Manfrinato,
Antônio Bárbara e
Acyr Mezzadri.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda. Aprovada.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, com apoio dos Senhores Deputados Cândido Bastos, Acyr Mezzadri e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões, dos Projetos de Resolução n. 52/87 e 48/87. Aprovado. Ficam portanto, retirados por cinco sessões os Projetos de Resoluções n. 52/87 e 48/87.

O Sr. Sabino Campos (Pela Ordem) - Eu quero que eu registre meu voto contrário a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O voto de Vossa Excelência será anotado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 252/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 138/86), objetivando

alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954. (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 55/86, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que dispõe que os estabelecimentos de ensino existentes no Estado do Paraná deverão ter, obrigatoriamente, dependências adequadas ao preparo da merenda escolar, sendo vedada expressamente a utilização das salas de aula para esta finalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 57/87, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS", com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 169/87, de autoria do Deputado José Felinto, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. Aristides de Athayde Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 255/86, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que declara de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO SECE", com sede na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 34/87, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de Utilidade Pública a "Ação Social Vicentina de Peabiru", com sede e foro na cidade de Peabiru. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 46/87, de autoria do Deputado David Chierigate, que denomina de "DOUTOR ARNALDO BUSATO" o Centro de Saúde I, no Município de Santa Terezinha de Itaipu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 47/87, de autoria do Deputado David Chierigate, que declara de Utilidade Pública a "CÂMARA JÚNIOR DE CASCAVEL - CAJUVEL", com sede e foro no Município de Cascavel.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 59/87, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DE SANTANA DO ITARARÉ", com sede no Município de Santana do Itararé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 84/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCÂNTARA, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE OPERÁRIA PALMENSE", com sede e foro na cidade de Palmas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 92/87, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA URAIENSE", com sede e foro no Município de Uraí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 93/87, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, à Professora DIVA VIDAL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 99/87, de autoria dos Deputados HERMAS BRANDÃO e JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que denomina a PR- 431, compreendida entre Ribeirão Claro e Cambará, de Rodovia "BENEDITO MOREIRA". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 100/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA e OUTROS, que acrescenta parágrafo ao artigo 1.º e altera redação do artigo 2.º da Lei n.º 6.994, de 10.01.1978. (Dispõe sobre as normas de Declaração de Utilidade Pública). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ambrósio Jorge, ocorrido na divisa dos Estados do Paraná com São Paulo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente,

solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Joaquim de Mesquita, ocorrido no dia 08 de setembro do ano em curso, no Município de Nova Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Malvino Lorenzini, ocorrido no dia 12 de setembro do corrente ano, no Município de União da Vitória. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Tereza Roda da Silva, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Luiz de Souza Netto, ocorrido no dia 06 de setembro do ano em curso, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Alexandre Beltrão, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro Alexandre Beltrão, ocorrido no dia 14 de setembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Marcelo Friederich Miranda, ocorrido no dia 12 de setembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Ponta Grossa, pela passagem do 164.º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 145/84. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando o arquivamento do projeto de sua autoria, em caráter definitivo, que extingua o BADEP. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação das estradas rurais que ligam o Município de Centenário do Sul a Mirassol e Centenário do Sul a Porecatu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria do Londrina Country Club pela inauguração do seu novo Parque Aquático. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Juizes eleitorais do Município de Londrina que formalizaram junto ao TRE, os seus pedidos de afastamento das funções que exerciam. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, com apoio do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um Módulo Policial na Praça Ucrânia, no Jardim Champagnat, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário do Planejamento, encarecendo apoio aos estudantes de nível superior, quando da elaboração do Orçamento do Estado para o ano de 1988. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Cultural e Esportiva do Município de Maringá. ACEMA, pela passagem do 40º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Presidente do BANESTADO S.A., pleiteando a instalação de Postos Avançados do referido Banco em diversas regiões do Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo a imediata sanção do Projeto do Vale Transporte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo o aumento da remuneração dos peritos do INPS. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Delegacia de Homicídios pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo junto à comunidade. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública encarecendo o aumento do efetivo do destacamento da Polícia Militar do Município de Castro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro da Habitação, no Município de Antonina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário da Educação e ao Prefeito Municipal de Marmeleiro, encarecendo garantir que os alunos da Escola General Carneiro, da Linha Palmeirinha, no Município de Marmeleiro, tenham assegurado o direito de receberem aprovação neste ano letivo. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)-
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Delegado da Delegacia Regional do Trabalho- DRT do Paraná, pedindo o envio de mais fiscais daquela Delegacia, para o Município de Pato Branco. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO- (Pela Ordem)-
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário da Educação, encaminhando reivindicações da Comissão de Professores representantes do concurso realizado no ano de 1986. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior encarecendo providências às reivindicações da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, pleiteando a construção de um novo Aeroporto no Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando alargamento e cascalhamento da Estrada do Cerne, partindo do Km 98 até o Tanque Grande. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a criação de escola A.P.A.E., no Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Tricolor, que ligue os Municípios de Juranda à Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional encarecendo a construção de 200 casas pelo Projeto Mutirão, no Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, pleiteando a implantação, no Judiciário Paranaense, de serviço que propicie aos advogados, protocolar seus petítórios destinados a Comarcas diversas da sua no Fórum do seu local de atuação profissional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Relator da Constituinte encarecendo a permanência das reivindicações já conquistadas pelo Magistério. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde encarecendo maior agilidade na liberação da droga AZT, que possibilita um período maior de sobrevivência aos aids. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja dado como lido o seu pronunciamento. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO- (Pela Ordem)- Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

A Mesa solicita ao Deputado Ezequias Losso, que faça anexar ao seu requerimento o pronunciamento que deseja seja considerado como lido.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Engenheiro Agrônomo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, pleiteando a instalação de telefones comunitários nos Conjuntos Habitacionais Marialva I e II, no Município de Marialva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio", pela passagem de seu aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

à Comissão de Finanças desta Casa, encaminhando Projeto de Resolução nº 51/87 (Projeto de Lei nº 32/86), que visa criar o Município de Palmeirinha. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para encaminhar, a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão.

Tem a palavra o nobre representante de Guarapuava, Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

O Deputado Cândido Bastos apresenta a este Plenário, um requerimento onde solicita audiência da Comissão de Finanças, ao Projeto de Resolução nº 51/87, proveniente do Projeto de Lei nº 32/86.

O Projeto de Lei nº 32/86, de nossa autoria visa criar o Município de Palmeirinha, desmembrado do Município de Guarapuava.

Senhores Deputados, este Projeto de Lei foi à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e lá recebeu o parecer favorável por conter todos os documentos legais exigidos por Lei. Foi também à apreciação da Comissão de Terras e Migração, onde também recebeu parecer favorável. Veio à apreciação deste Plenário e em 1ª Discussão obteve a sua aprovação, inclusive com o voto favorável do Deputado Cândido Bastos, quando a Comissão pró-emancipação da Mangueirinha, bem como diversos elementos daquela localidade se faziam presentes nesta Casa de Leis e o Deputado Cândido Bastos votou favorável, podia pedir, se fosse o caso, a audiência da Comissão de Finanças naquela ocasião, mas não o fez talvez pela presença da Comunidade de Palmeirinha, neste Plenário.

Nesta oportunidade, assim o faz embasado em artigos do Regimento Interno, dentro os quais o 67 combinado com o 49.129, quando esses artigos na verdade não determinam que Projeto de Lei que visa emancipar um distrito, que visa criar novo Município, não obrigam que o Projeto de Lei vá à apreciação da Comissão de Finanças. Portanto, nobres Pares desta Casa, nós estamos nos posicionando frontalmente contrários a este requerimento e solicitamos o apoio dos Senhores Deputados, das Senhoras Deputadas, mesmo porque, durante tantos e tantos anos que acompanhamos o funcionamento desta Casa de Leis e durante cinco anos que aqui estamos, nenhum Projeto de Lei que visa a emancipação de um distrito ou a criação de um novo Município foi à apreciação da Comissão de Finanças.

Nós nos últimos dias tivemos oportuni-

dade de votar neste Plenário diversos projetos emancipando distritos e nenhum deles foi à apreciação da Comissão de Finanças, mesmo porque nada no nosso Regimento Interno obriga Projeto de Emancipação de distrito ir à apreciação da Comissão de Finanças.

Com todo o respeito que nós dedicamos ao Deputado Cândido Bastos, o conhecemos há muito tempo, sabemos da sua seriedade e da sua idoneidade, mas neste momento, nós achamos que este seu requerimento nada mais é do que uma medida protelatória, que visa ganhar tempo, fazendo com que cheguemos até o final dos nossos trabalhos, até o dia 31 de dezembro e não seja sancionado o Projeto de Lei que cria o Município de Palmeirinha.

Desta forma, o Deputado Cândido Bastos não precisará votar abertamente contrário a emancipação do Distrito e desta forma não se colocará contra os ideais dos seus eleitores, lá naquele Distrito, que são muitos.

Portanto, nobres colegas, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, exclusivamente por não acharmos nenhum embasamento legal no requerimento do Deputado Cândido Bastos, mas por acharmos que nada mais é do que simples e mera medida protelatória e também para que não abramos neste momento um espaço para que outros projetos tenham que ir também à apreciação da Comissão de Finanças, eu solicito aos nobres companheiros desta Casa para que votemos contra o requerimento do Deputado Cândido Bastos, mesmo porque, Senhores Deputados, este Projeto de Lei, após a sua terceira votação neste Plenário, ele deverá ainda ser encaminhado ao Tribunal Eleitoral que o encaminhará ao Juiz Eleitoral da Comarca, que determinará o plebiscito. Após o plebiscito, o Projeto voltará à C.C.J., para nova apreciação e, após essa nova apreciação da C.C.J., o Projeto retornará ao Plenário para nova apreciação, ainda do Plenário, com relação ao plebiscito.

Então, nós temos um grande espaço de tempo ainda a percorrer, e eu não vejo nenhum motivo para abrimos neste momento uma exceção somente para satisfazer o ego do Deputado Cândido Bastos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação o Requerimento.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)-

Senhor Presidente, a matéria de que o Requerimento é oriundo foi retirado de pauta, se não me falha a memória, por 6 sessões. E eu gostaria de fazer um apelo ao nobre Deputado subscritor do Requerimento, Deputado Cândido Bastos, para que apresente o Requerimento em data oportuna,

quando então a matéria voltar para a Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o Requerimento.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Cândido Bastos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Desejo justificar o nosso requerimento nesta Sessão, porquanto o requerimento deseja e tem a única finalidade de solicitar audiência da Comissão de Finanças ao Projeto de Resolução 51/87 e, no seu bojo, na sua justificativa da apresentação do presente requerimento, no item I, digo (Lê): "O Projeto de Resolução nº 51/87 que visa criar o Município de Palmeirinha, com território desmembrado do Município de Guarapuava, em fase de deliberação no primeiro turno, foi retirado da Ordem do Dia por decisão do Egrégio Plenário".

Portanto, está justificado inicialmente a retirada da Ordem do Dia por 6 sessões por decisão do Egrégio Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

(Continua lendo).

"A referida proposição alcançou a fase constitucional sem cumprir formalidades indispensáveis que se devem colher na etapa instrutória. Tanto é assim que ela se submeteu unicamente ao crivo da Comissão de Constituição e Justiça e, naturalmente, da Comissão de Terras".

"Nessas condições, o Projeto não mereceu o necessário exame da Comissão de Finanças, como devia, isto porque um dos requisitos básicos exigidos pela Lei Complementar Federal n. 1/69, para a criação de município, é arrecadação na área respectiva de pelo menos cinco milésimos da receita tributária estadual realizada no exercício antecedente".

"Ora, fica assim patente que o conteúdo desse tipo de processo não se reduz a aspectos meramente jurídicos ou constitucionais. Talvez dotado até de maior relevância, há nele componentes de cunho econômico-financeiro, cuja essencialidade exige redobrada atenção. Por isso que desconhecê-los implica nulidades insanáveis no procedimento".

(Termina de ler).

E assim por diante, invocando os artigos regimentais, é que solicitamos que seja dado ciência à Comissão de Finanças desta Casa. Não há absolutamente nada de

ilegal e nada que possa segurar o trâmite do Projeto desde que ele vá à audiência da Comissão de Finanças. E só achamos assim porque é justo que, quando aqui nesta Casa se pretende votar projetos de emancipação de municípios, tenham eles que observar todas as exigências da Lei Complementar n. 01/69 e as demais leis complementares que a regulamentaram.

Agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sabemos que ele foi retirado por 6 sessões, mas ele retornará, sem dúvida nenhuma, para a Ordem do Dia provavelmente logo em seguida. Portanto, este requerimento procede porque se prevê a audiência de uma Comissão Técnica desta Casa. No entretanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, poderá também, perfeitamente esta Casa, ao aprovar este requerimento, fazer com que ele vá para a Comissão de Finanças na devida oportunidade, antes de retornar para a Ordem do Dia, ou seja, para a sua análise em segunda e terceira discussão.

Eu acho que é uma fase instrutória do Projeto e esta fase instrutória é necessária antes que ele venha para a Ordem do Dia para a aprovação em Plenário. Obrigando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação. Os Senhores Deputados que o requerimento aprovam queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e vai proceder à verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato tem a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Uma vez que a matéria já é vencida e na segunda votação, por falta de entendimento dos Deputados, está muito confusa esta votação, eu gostaria que Vossa Excelência definisse aos Deputados se é em pé ou sentado a sua manifestação para que esclareça ao Plenário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está falando claramente, os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) - Na condição e Líder da Bancada, na ausência do Deputado Caíto Quintana, e visto que o referido requerimento envolve interesse de dois ilustres Deputados de nossa Bancada, eu me abstenho de votar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A abstenção não é reconhecida, Vossa Excelência pode se retirar do Plenário.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento podem levantar-se. A Mesa solicita às pessoas que não são Deputados para que deixem o plenário livre.

Treze Senhores Deputados aprovam.

Treze Senhores Deputados rejeitam. Não há quórum para votação.

O SR. CANDIDO BASTOS (Pela Ordem) - Senhor Presidente é visível em plenário que há quorum para deliberação, Senhor Presidente. Posso contar daqui quantos Deputados tem. Pediria à Mesa que verificasse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa indica a Vossa Excelência, pelo Regimento Interno, que solicite chamada nominal dos Senhores Deputados.

Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente encarecendo a constituição de uma Comissão Especial, composta de sete Senhores Deputados para acompanhar, fiscalizar e elaborar subsídios sobre a questão da defesa da Paz. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Regional do Banco do Brasil, visando a instalação de uma sub-agência do Banco do Brasil em Jandaia do Sul, no Município de Marumbi. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Luar, Município de São João do Ivaí. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto com apoio dos Senhores Deputados João Arruda, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente regional do Banco do Brasil, visando a instalação de uma sub-agência do

Banco do Brasil em Jandaia do Sul, no Município de Bom Sucesso. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicita a transferência da data de entrega do Título de Cidadania ao poeta Liberalino Stevan, de 23 de setembro para 8 de outubro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando informações à Mesa desta Casa quanto à justificativa para construção da cerca fechando o pátio do Legislativo Estadual. A Comissão Executiva para apreciar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente, solicitando explicações da Mesa sobre o requerimento aprovado no dia 24 de agosto do corrente ano, que solicita votação em regime de Urgência da proposta de extinção da aposentadoria de governadores e a discussão e votação da mensagem que propõe a intervenção no Município de Mallet. A Comissão Executiva, para opinar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja inserida, nos Anais da Casa, de nota oficial expedida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Encerrada a Discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação encarecendo informações sobre o Projeto P.I.C. - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, estamos deliberando sobre requerimentos, mas está difícil ouvir a sua voz em função da discussão que acontece do lado esquerdo do Plenário. Solicito à Presidência que peça calma e tranqüilidade para que a sessão possa transcorrer com disciplina e com ordem.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 48/87, constante da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje. Retirado pelo Autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 255/86, 34, 46, 47, 59, 79, 84, 92, 93, 99 e 100/87.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 249/86.

- 1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n. 113, 118 e 163/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 121, 122 e 139/87 e dos Projetos de Resolução n. 39 e 40/87.

Levanta-se a Sessão.